

A Classe Operária

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil



Lei da reforma agrária assusta o latifúndio

A aprovação da lei da reforma agrária levou a UDR a se rearticular em todo o país e a desencadear uma ofensiva contra os trabalhadores sem-terra. No Paraná e Tocantins foram assassinados dois líderes do movimento.

PÁGINA 9

MONOPÓLIOS PRESSIONAM

CSN vai a leilão

PCdoB reafirma os ideais revolucionários

No mês em que completa 71 anos, o PCdoB realiza seminário sobre os desafios da construção e crescimento partidário.

PÁGINAS 6 e 7

Os EUA agridem Coréia com manobras militares

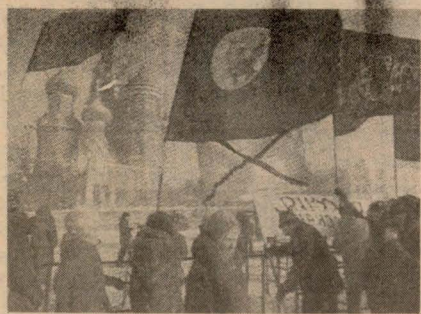
PÁGINA 11

UNE e UBES fazem passeatas

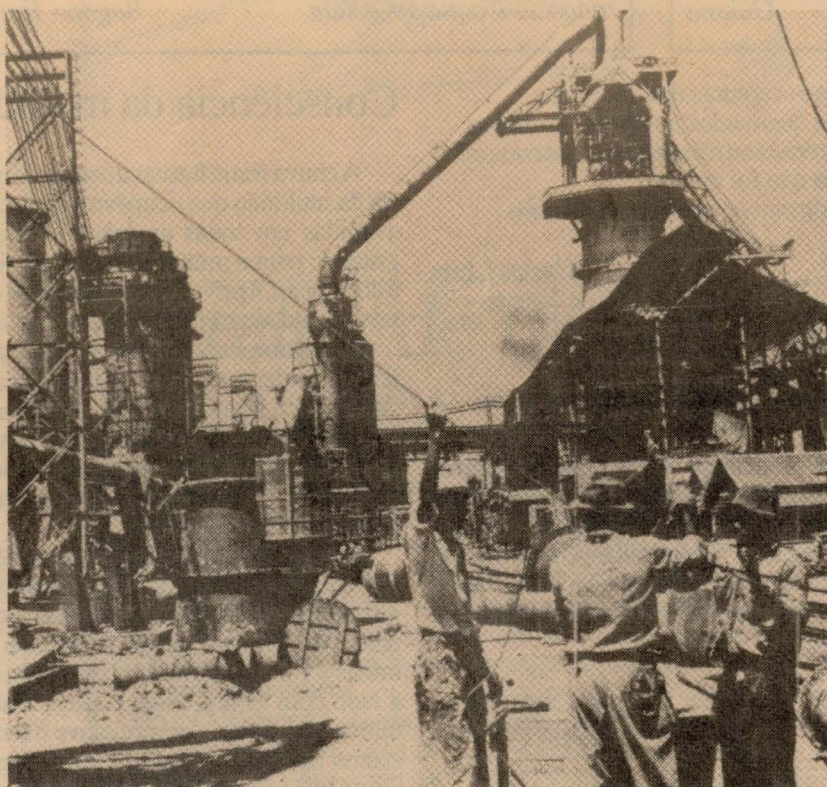
PÁGINA 8

Yeltsin isolado ameaça com golpe

PÁGINA 10



Manifestação contra Yeltsin



As obras de construção da CSN no início dos anos 40

Entidades reagem à lei de patentes

A aprovação de uma nova lei de patentes é uma das maiores exigências do imperialismo dos EUA para “estretar relações” com o Brasil. As pressões são tantas que o governo, via Fernando Henrique Cardoso, ministro das Relações Exteriores,

tem tentado sucessivamente a “urgência urgentíssima” para a aprovação do projeto de lei de patentes. Há, entretanto, uma ampla mobilização que pretende preservar os interesses nacionais.

O governo resolveu antecipar o leilão da Companhia Siderúrgica Nacional para o dia 2 de abril próximo. É uma decisão eminentemente política de Itamar Franco para aplacar a ira das elites, elevada a um grau mais alto com a crise da substituição do ministro da Fazenda. A CSN é um dos símbolos maiores da soberania nacional. Durante décadas, como empresa estatal, jogou um grande papel no desenvolvimento do país. Grandes bancos já se alvoroçam para abocanhar o pilar central de nossa siderúrgica por um preço que não ultrapassa 1/5 do valor real da empresa; além disso, poderão usar fartamente as moedas podres. Pesa sobre os ombros de todos aqueles que defendem a soberania da pátria a responsabilidade de se mobilizarem para impedir que o patrimônio público seja mais uma vez lesado.

PÁGINA 4

PÁGINA 5

CARTAS

Presidente guianense

Caro senhor
João Amazonas,

Desejo agradecer-lhe sinceramente por sua mensagem de congratulações à vitória de meu partido nas recentes eleições e por ocasião de minha posse como presidente da República Cooperativa da Guiana. Meu governo está comprometido com o total desenvolvimento da Guiana em benefício do povo guianense em uma atmosfera de paz, harmonia social e de-

mocracia.

Gostaria também de reafirmar que persistimos em nosso objetivo de desenvolvimento no qual sempre haveremos de preservar nossa identidade e independência nacional.

Cheddi Jagan
Presidente
da República
Cooperativa da
Guiana

Agradecimento de Bagdá

Senhor João Amazonas,

Com muita satisfação vim saber, através de nosso Embaixador, que V. Sa. emitiu uma declaração referente aos últimos desenvolvimentos de eventos em nossa região, mostrando solidariedade ao povo do Iraque. A sincronia de seus esforços com estas circunstâncias críticas adquire um especial significado para nós.

O povo iraquiano e a liderança do Iraque apreciam

altamente seu apoio à justa causa de nosso país. Esperamos ansiosamente uma maior cooperação para consolidar nossos esforços comuns a serviço da paz, da justiça e da liberdade no mundo.

Queira aceitar meus calorosos cumprimentos e fraternos respeitos.

Tarik Aziz
Presidente do Birô de
Relações Externas Parti-
do Baath Árabe Socialista
Bagdá - Iraque



Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas
Editora
Ana Maria Rocha
Redação
Dilermando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti
Colaboradores
Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Matogrosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olívia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro Oliveira, Umberto Martins
Projeto Gráfico: Auracébio e Equipe
Diagramação: José Luis Manuera Reyes
Composição e Arte Final
Compuart - Fone: (011) 278-1634
Fotolito: Enfocke
Impressão: Artgraph
Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva - **Arquivo:** Leandro Shilipake
Secretaria: Sílvia Regina Lopes
Publicação Quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - Fone (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Ladeira do Brito, 72 - Centro - (082) 221-4634/221-4728 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. Carlos Gomes, 873 - Centro - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DF - Brasília - HIGS Bloco G Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Avenida Anhangüera, 3.599 - Ed. São Luis - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 e 173-1519 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Treze de Maio, 3.835 - Casa 1 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1.157 - Reduto - (091) 229-5200 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Praça Kennedy - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 224-1870 - RIOGRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (0512) 229-4173 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Avenida Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Comandante João Ribeiro, 22 - Iléu - (011) 277-3322 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro - (063) 222-2222

De qualquer forma

Eles disseram que a escravidão acabou
Mas não os escravos
No coletivo andamos feito sardinha
Pelo patrão somos explorados
A favela é a grande senzala
Prisioneiros do mesmo vício
O pelourinho é a sala
Para a solidão
O cigarro é um início
A bebida, as drogas
A prostituição e a fome
A princípio o vídeo
A revista, os jornais, o rádio
E a televisão não informa
Da forma que me conforma
Muito menos me transforma
Nem me reforma
Pois muito desinforma
De qualquer forma
A burguesia fede
Como gás carbônico
Criam explosivos atômicos
Constroem cortinas de vidros
Nesta selva de pedra
Jogam venenos nos campos
Nos rios e nos mares
Matam sem sentido
Pela fúria do poder
Pois virá um dia em que o povo
Unido e organizado mudará este jogo
Para o socialismo, porque ele vive
E viva os comunistas

Antonio Martins Brasileiro
CMTC - São Paulo

Poema Esquerdo

a Adamastor Camará Ribeiro
luz na memória

Aurora naqueles meus olhos de 1968
num céu de sombras deixadas
o que foi e não retorna
sob chuva, vento ou sol
é a prata daqueles dias
discussões, revolta, poesia - luas frias
cavalos cegos na madrugada da carne
Uma estrela vermelha no peito iluminava
"o tempo dos sonhos não chegara
era preciso ocultar o amor"
Apesar da pouca sorte
amava mais a vida que a morte
a indesejada não me levou
deixou-me contar histórias
de vidas apagadas
infância de padres e pátiõs

castigos capturas quarto escuro
lábios queimados no cristal das trevas
o que era e sou não nego poeta e comunista
a vida não foi outubro
mas de outras cores não me cubro

Carlos Lima
Rio de Janeiro - RJ

Cartilha popular

Segue modelo da cartilha popular acerca do parlamentarismo democrático. Fizemos edição inicial de 25 mil exemplares. Solicito divulgação. Estou enviando pelo correio mais exemplares para vocês do jornal e também para os diretórios regionais. Um abraço.

Luiz Carlos Orro
Diretório Regional de Goiás



Consciência da multidão

A chuva fria refrescava os corpos quentes da multidão que ocupava as principais avenidas em todas as grandes cidades, gritando para o mundo ouvir: não à fome, à corrupção, à privatização de nossas estatais, igualdade na distribuição de renda.

Pela primeira vez na história um povo tira o presidente do poder. E lá estava eu de vermelho e branco a bailar com a brisa, toda orgulhosa da consciência política deste povo. Desde 1922 tenho estado em todas as lutas de classe, levando o vermelho de guerra e o branco de paz.

E quantas vezes nesta luta servi de mortalha para os corpos sem túmulo dos guerrilheiros. Escalei as mais altas montanhas, me perdi nas matas. Atravessei muralhas e venci o capitalismo burguês, lado a lado com Lenin, Fidel Castro, Stalin e outros socialistas. Sempre estive e sempre estarei nas lutas, sejam no Brasil, Alemanha, União Soviética, Cuba, em todos os lugares onde houver um povo gritando por justiça social.

Sou a luta pela igualdade entre os povos. Sou marxista-leninista. Sou a bandeira comunista.

Geralda Amaral
PCdoB - MG

Reassinatura

Estou reiniciando minha assinatura do jornal após vários meses de ausência em virtude de problemas familiares, que estão se resolvendo. Espero que de agora em diante tudo volte ao normal e eu continue assinando este jornal que é muito importante.

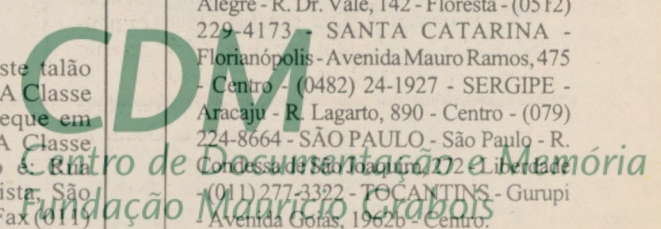
Francisco J. Alves
Presidente Epitácio - SP

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____ Profissão _____
Data ____/____/____

Assinatura anual: Cr\$ 480.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 240.000,00
Assinatura trimestral: Cr\$ 120.000,00
Assinatura anual de apoio: Cr\$ 960.000,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 480.000,00
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 240.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para o Serviço de Assinaturas de A Classe Operária. Coloque junto um cheque em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. Nosso endereço é: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista, São Paulo - SP. Fone: (011) 34-4140. Fax: (011) 36-0412.



Opinião

Maluf sonha ser presidente

VITAL NOLASCO

Vereador do PCdoB em São Paulo

A crise política desencadeada com a substituição do Ministro da Fazenda e a possibilidade do presidencialismo sair vitorioso no plebiscito de 21 de abril, funcionaram como detonadores da corrida presidencial de 94. A atitude da elite brasileira é bem clara: pretende manter Itamar Franco sob pressão, ao mesmo tempo em que se articula para o pleito presidencial de 94. Nesse sentido chama muito a atenção a desenvoltura com a qual Paulo Maluf tem se movimentado.

Quando candidato a prefeito de São Paulo, o presidente nacional do PDS jurava que cumpriria até o fim o mandato. Eleito, Maluf não faz outra coisa senão preparar sua candidatura a presidente. Age em duas frentes: procura montar com setores políticos conservadores a base de sustentação de sua candidatura. Arrebanha deputados para o projeto de formar aquele que seria o segundo ou terceiro maior partido no Congresso Nacional. O PDS se fundiria com o PDC e cooptaria setores do PTB, do PFL e do PRN de Collor. Para tal fim Maluf viaja constantemente a Brasília e outros estados.

A estratégia malufista prevê ainda a montagem das bases de sustentação financeira de sua campanha. São intensas as articulações com os empreiteiros paulistas, beneficiados com as obras anunciadas pelo prefeito paulistano. A nível nacional Maluf tenta se manter em evidência, liderando a oposição de direita a Itamar Franco, com críticas constantes a sua política econômica.

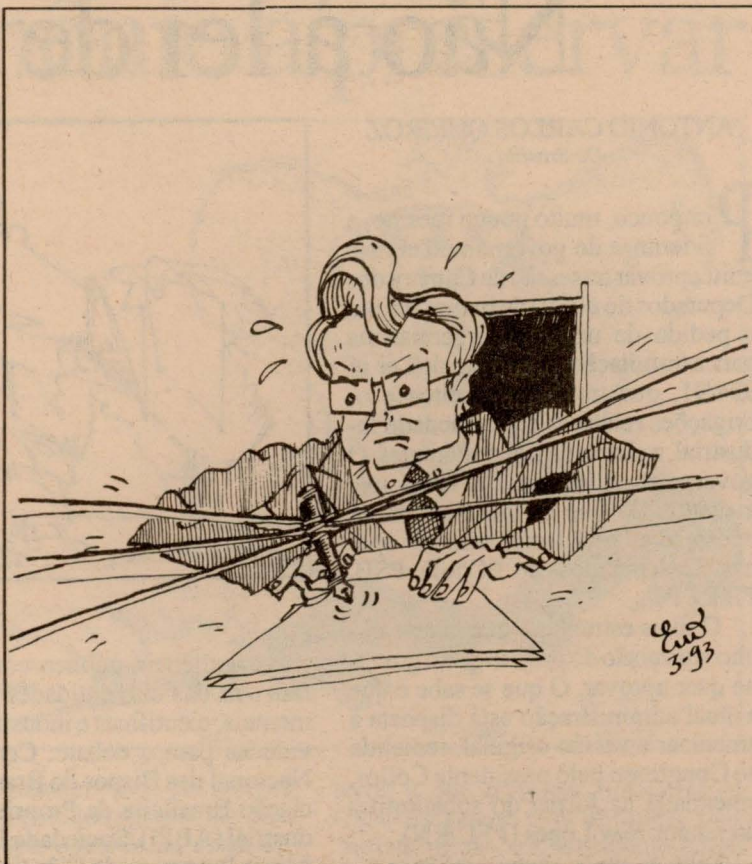
Desde a campanha municipal, o PCdoB vem alertando para o perigo que seria a eleição de Paulo Maluf a prefeito. A vida tem comprovado que ele é hoje o pólo mais forte da reaglutinação da direita no país. E o perigo é tanto maior porque Maluf procura se apresentar como reciclado e moderno.

Apesar da maquiagem, os primeiros meses à frente da prefeitura de São Paulo revelam o que Maluf sempre foi: um político autoritário e demagogo. Até agora Maluf não cumpriu a legislação que regulamenta os vencimentos do funcionalismo. A bancada do PCdoB na Câmara Municipal já denunciou o prefeito por crime de responsabilidade e move contra ele uma ação na justiça. Maluf não cumpriu a lei no que diz respeito ao estatuto da criança e queria acabar com a coleta seletiva do lixo, tendo sido impedido pela justiça. Pretende ainda construir um *boulevard* na avenida Faria Lima, em detrimento de outras prioridades.

Maluf instalou uma comissão de sindicância para apurar a participação dos funcionários em uma manifestação e intimou os presidentes de sindicatos para deporem sigilosamente. Na campanha, garantiu que o preço dos transportes não subiria acima da inflação. Somente neste mês a tarifa subiu 40%. Seu secretário municipal da Habitação editou portaria onde diz que todos os ocupantes de terra, a partir de 1º/1/93, serão excluídos de qualquer programa habitacional, o que motivou sua convocação pelos vereadores para prestar esclarecimentos. Maluf criou ainda, por decreto, ao arrepio da lei, uma secretaria de privatização.

Todos esses fatos revelam o que seria Maluf na Presidência da República. Desde já é bom ficar em estado de alerta e unir forças para derrotar os sonhos presidenciais da direita malufista.

Maluf só cuida de preparar sua campanha à presidência da República. É o pólo principal da reaglutinação da direita.



Retratos de uma crise

Famintos da seca invadem a sede da Sudene no Recife. Escalada do número de vítimas da cólera, sobretudo no Ceará. Extensas filas de desempregados à procura de emprego. São as cenas chocantes que tomam cada vez mais espaço nas páginas dos jornais, revelando a situação de caos e miséria que se abate com força sobre o povo trabalhador.

Não é à toa que isso acontece. O Brasil tem a segunda maior inflação do mundo (taxa anual de 1.176,7%), a maior taxa de juros (29,11%), um salário mínimo entre os menores (US\$ 65 mês) e uma pequena renda per capita. Dados recentes do PNAD-IBGE indicam que 15% das famílias brasileiras vivem com uma renda de até um quarto de salário mínimo per capita - miséria absoluta - enquanto 35% das famílias em situação de pobreza recebem renda mensal inferior a meio salário mínimo per capita.

O Nordeste abriga 49% dos pobres brasileiros, metade dos quais em sua zona rural. Do total de 53,2 milhões de pessoas em domicílios pobres existentes no Brasil, nada menos de 31 milhões vivem inteiramente à margem da proteção social oferecida pelo sistema previdenciário.

Esse quadro de pobreza torna o terreno vulnerável aos efeitos de tragédias como a seca que assola o Nordeste e de epidemias como a cólera. Os tubarões enriquecem com a indústria da seca à custa da falência dos pequenos produtores. E as epidemias atingem preferencialmente as camadas mais pobres da população que vivem em situação habitacional precária, sem um saneamento básico condizente. Em resumo, um povo que não tem o que comer e vive em condições subumanas é o alvo preferido das tragédias.

Esta situação sinaliza um alerta

para o aprofundamento da pobreza e o descaso com a maioria esmagadora da população. É um retrato contundente dos efeitos agravantes de uma política recessiva, herança do governo Collor, que reduz a produtividade e aumenta o desemprego, concentra a renda nas mãos de poucos e empobrece a esmagadora maioria.

A pressão dos poderosos no sentido de preservar seus interesses econômicos se volta não só contra a população, como contra o patrimônio econômico nacional, construído com muita luta. É ao que assistimos no Brasil. O povo foi às ruas e afastou Collor de Mello. Mas as elites não jogaram fora seus planos neoliberais recessivos e exercem uma pressão furiosa sobre Itamar. Este, sem uma base política sólida, e sem o respaldo de um movimento popular forte e organizado, vê-se na iminência de abandonar suas proclamadas intenções nacionalistas e de preocupação com o social.

Em meio a essa contra-maré, Itamar manteve uma atitude firme no que se refere à Lei da Reforma Agrária causando a revolta dos ruralistas que ressuscitam a UDR e intensificam a violência no campo. Mas cedeu nas privatizações e antecipou o leilão da CSN, símbolo da resistência soberana da nação. Mostra-se também vulnerável às pressões imperialistas no que se refere à Lei das Patentes.

A crescente miséria do povo de um lado, e a entrega do patrimônio nacional de outro, são sinalizações da grave situação em que se encontra o Brasil. Toca o coração dos democratas e patriotas, que procuram aglutinar forças e reagir às investidas dos poderosos de dissolução da nação brasileira e de seu povo.

Parlamentarismo com cara de povo

JÔ MORAES

Presidente do PCdoB - MG

A data do plebiscito se aproxima e começa a tomar corpo o debate em torno de como o país será governado.

A força da tradição empurra a vantagem para o presidencialismo. Mas é, sobretudo, a condução da campanha parlamentarista que ainda a distancia do movimento popular.

O parlamentarismo como sistema novo, só pode empolgar se se apresentar como parte integrante da democratização da vida política do país. A recente experiência indica que o aprofundamento da democracia se tornou uma crescente exigência do nosso povo. Os milhões que foram às ruas na última década moveram-se por um desejo de maior participação.

A direção conservadora da campanha parlamentarista não se mostra afinada com essa consolidada tendência popular. Os programas de televisão, principais instrumentos de divulgação do novo sistema, com forte marca elitista, fazem uma abordagem mais pedagógica do que política. Destacam apenas as vantagens institucionais do funcionamento do sistema que se quer implantar.

É necessário romper com essa visão para que se possa reverter os números das pesquisas. Nosso povo não votará no novo sistema pela estabilidade que ele possa dar às instituições. O povo votará no parlamentarismo porque ele cria condições mais favoráveis para a pressão direta dos trabalhadores e da sociedade nas definições políticas do governo. A sua implantação, junto com reformas que democratizem o congresso brasileiro, possibilitará maior participação popular no debate sobre os graves problemas estruturais que o país enfrenta. É em torno dessa idéia que poderá aumentar a adesão popular.

A condução conservadora da campanha parlamentarista não está em sintonia com a exigência de mais democracia como quer o povo brasileiro.

Este enfoque cresce em importância no momento em que setores de esquerda, como o PT, ainda mantêm a visão messiânica de que a solução de nossos problemas depende apenas da eleição de um governante. O resultado do plebiscito petista, que deu vitória ao presidencialismo, ocorreu "sob forte influência da eleição de Lula em 94", conforme palavras de seus dirigentes. Ao reforçar essa visão equivocada, muito ao gosto dos populistas, o PT desarma os trabalhadores para futuros debates que se avizinham. As elites brasileiras, poderosas e bem organizadas, têm bastante experiência para impedir ou anular eventuais vitórias eleitorais de nosso povo. Só o crescimento de sua consciência, de sua organização e de sua participação direta na vida política poderão deter o arsenal reacionário e conservador que se instalou nas instituições de poder de nosso país.

Dar um banho democratizante na campanha parlamentarista é a forma de reverter a tendência das pesquisas. É a sua cara de povo a ser levada aos setores mais dinâmicos de nossa sociedade e como os trabalhadores das grandes empresas, os principais centros de ensino e as representações políticas das médias cidades brasileiras.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

Crime de
lesa-pátria

O Congresso Nacional está em vias de aprovar, açodadamente, uma Lei de Propriedade Industrial com base em projeto a ele enviado pelo execrado governo Collor. A pressa não é ditada por qualquer interesse nacional. O Congresso está sendo levado a submeter-se a um cronograma explicitamente determinado pelo governo dos Estados Unidos.

O que está em jogo é o futuro do Brasil. Estamos correndo sério risco de não mais podermos produzir os alimentos e os medicamentos necessários a nossa população. Estamos correndo o sério risco de nem sequer podermos pesquisar e de perdermos o domínio sobre o imenso e ainda pouco conhecido patrimônio genético estocado em nossa rica biodiversidade. Estamos sob a ameaça abominável de alienarmos nosso direito à vida, para os patenteadores transnacionais de genes, mutações genéticas e micro-organismos. Estas são as questões concretas em jogo, que o poderoso lobby internacional esconde do povo brasileiro e de seus representantes no Congresso, por trás dos enganadores jargões de "modernidade", "competitividade", "integração internacional".

Ao contrário do que esses mentirosos querem fazer crer, o Brasil é signatário do Acordo Mundial de Patentes, desde 1883. Para cumprir com nossas obrigações internacionais e regular nosso comércio internacional de tecnologia, dispomos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), onde são reconhecidas as patentes e averbados os contratos de transferência de tecnologia. Se aprovado o projeto, o INPI apenas registraria os contratos, ou seja, será, na prática, desmantelado, perdendo o Governo toda a capacidade para executar políticas tecnológicas de acordo com os interesses nacionais.

Na medida em que o projeto começou a ser conhecido pela sociedade brasileira levantou energias reações. Apesar da estratégia de desinformação posta em prática por meios de comunicação dominados pelos interesses das corporações transnacionais que neles anunciam, cientistas, engenheiros, médicos, farmacêuticos, industriais, agricultores, funcionários públicos, trabalhadores, estudantes reuniram-se em todo o País, clamando por um amplo debate da questão. Mais de 160 sindicatos, associações profissionais, conselhos técnicos formaram o Fórum pela Liberdade de Uso do Conhecimento que, logo, denunciou a natureza lesiva do projeto e desde então vem tentando fazer-se ouvir, nem sempre com sucesso, por parlamentares e autoridades da República. Também o Fórum dos Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia se manifestou expressamente contra o projeto em tramitação. A Igreja Católica, pelas vozes de sua mais alta hierarquia, se opôs de forma clara e inequívoca a esse verdadeiro crime em vias de ser cometido contra a população brasileira.

Este roubo do futuro do Brasil não pode consumir-se! Está nas mãos do Congresso Nacional e do Presidente Itamar Franco, cuja ascensão ao Governo tantas e justificadas esperanças suscitou em nossa já quase descrente população, impedi-lo. O presidente e o Congresso têm todo o apoio de milhões de cidadãos brasileiros que dedicam seu trabalho cotidiano à melhoria das condições de vida de nosso povo, para retirar de tramitação tão nefando projeto de lei.

Trechos do manifesto assinado por:
ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina; AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás; Federação Nacional dos Farmacêuticos; ANABB - Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil; Clube de Engenharia/RJ; Corecon - Conselho Regional de Economia/RJ; Fórum pela Liberdade de Uso do Conhecimento - representando mais de 160 entidades de todo o país; SINTTEL - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal; UNAMIBB - União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil; Antônio Carlos de Andrada Serpa; Barboza Lima Sobrinho; Euzébio Rocha; J.W. Bautista Vidal e Rogério César Cerqueira Leite.

Não à lei de patentes

ANTONIO CARLOS QUEIROZ
De Brasília

Por pouco, muito pouco mesmo, a liderança do governo não conseguiu aprovar na sessão da Câmara dos Deputados do dia 10 de março último o pedido de urgência urgentíssima para a tramitação do Projeto de Lei nº 824/91, que trata dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, a chamada Lei de Patentes. O governo arregimentou 249 votos, três a menos do que os necessários. A oposição ao pedido foi feita por apenas 22 deputados, do PCdoB, PSB, PDT e PT.

O mais estranho é que não se conhece a versão do projeto que o governo quer aprovar. O que se sabe é que a atual administração está disposta a amenizar a versão original, remetida ao Congresso pelo presidente Collor, emendada na forma do substitutivo do relator Ney Lopes (PFL-RN).

Sabe-se mais: quem está comandando a discussão da matéria no governo não é, como se esperaria, o ministro da Ciência e Tecnologia, mas o ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso. Inclui-se as reuniões do governo com alguns parlamentares que tratam da questão estão sendo realizadas numa sala do Itamaraty. Para Cardoso, a aprovação da Lei de Patentes está diretamente relacionada ao contencioso que o Brasil tem na área do comércio com os Estados Unidos. Em outras palavras, o ministro quer que se aprove essa lei para evitar que os ianques sobre taxem os produtos manufaturados exportados do Brasil para eles. A possibilidade de o país desenvolver-se independentemente em áreas de ponta como a química fina e a biotecnologia está subordinada, portanto, na visão do ministro, aos interesses dos fabricantes de suco de laranja e calçados para exportação...

Antes da votação do dia 10 de março, a liderança do governo encaminhou à mesa da Câmara um pedido de transformação da sessão do dia 16 em audiência pública para debate da matéria. Tratava-se de uma resposta à acusação de que o governo não estava disposto a debater o assunto com mais profundidade. Tratava-se também de uma medida sem maiores consequências, já que o prazo para emendas ao projeto, se o pedido de urgência urgentíssima tivesse sido aprovado, estaria vencendo exatamente no dia 16. A derrota do governo, entretanto, mudou o sentido das coisas. Proporcionou o espaço de mais uma semana para a articulação dos parlamentares e das entidades que lutam contra o projeto de lei. A audiência pública, antes inócua, acabou se tornando um fórum importante para a denúncia dos interesses que estão por trás da pressa em aprovar a Lei de Patentes. No dia seguinte à audiência, o governo tentou, sem êxito, articular forças para novamente votar o pedido de urgência urgentíssima. Também não conseguiu fechar calendário para a discussão da matéria. A votação do pedido ficou adiada por mais uma semana.



À audiência pública compareceram seis das oito entidades governamentais, científicas e industriais convidadas para o debate: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação Brasileira da Propriedade Industrial (ABPI), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação da Indústria Farmacêutica no Brasil (Interfarma), Associação Brasileira de Química Fina (Abifina) e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Sem unidade entre os seus membros, deixaram de comparecer a Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O presidente da SBPC, Ênio Candotti, conseguiu fazer a melhor síntese da posição dos que defendem os interesses nacionais. Mostrando duas caixas de comprimidos de AZT, um medicamento utilizado no tratamento de pessoas com AIDS, Candotti afirmou que se o Brasil já tivesse adotado a Lei de Patentes, uma indústria nacional não poderia estar produzindo o remédio pela metade do preço cobrado pelo laboratório estrangeiro que sintetizou a droga pela primeira vez. "Se a patente do produto da Wellcome só permite produzi-lo por 150 dólares, por que não produzi-lo por 78 dólares?", perguntou o presidente da SBPC. Candotti fez em seguida um alerta: "Se a legislação de patentes que esta Casa aprovar impedir que, por processos próprios, descobertos em nossos laboratórios, possam ser produzidos medicamentos essenciais para o nosso povo, esta Casa será responsável perante a Nação por dois crimes: um, contra a economia popular; outro, contra a capacitação científica nacional.

Depois de explicar que o AZT era só um exemplo, que poderia ser estendido a outros medicamentos, inclusive ainda não descobertos, para a doença de Chagas ou esquistossomose, que afetam não milhares mas milhões de brasileiros, Ênio Candotti disse que "a conta que o governo brasileiro deverá pagar pela concessão que este Congresso fizer, será de centenas e centenas de milhões de dólares".

A posição da SBPC, em resumo, é a seguinte:

1) Os inventos biotecnológicos não devem constar da legislação de propriedade industrial mas ser objeto de lei própria; 2) Os vegetais e animais manipulados por engenharia genética ou não, podem ser objeto de patente;

3) As patentes de microorganismos manipulados geneticamente são admissíveis, se devidamente qualificadas; 4) O reconhecimento automático de patentes concedidas no Exterior para produtos ainda não patenteados no Brasil ("pipeline") é inaceitável.

Os líderes partidários também puderam discursar. O líder do PCdoB, Aldo Rebelo disse não à lei das patentes ao afirmar: "Hoje o mundo inteiro assiste a uma verdadeira guerra sem quartel, que se trava no campo do domínio tecnológico. Essa guerra é decisiva para a afirmação, para o desenvolvimento e para a elevação do padrão material e espiritual dos trabalhadores e do povo do nosso País. Se perdermos essa guerra, avançaremos na degradação econômica, social e nacional a que, infelizmente, assistimos hoje.

Os países industrializados buscam dois objetivos através da imposição de legislação sobre patentes aos países em desenvolvimento. O primeiro é impedir que países como o Brasil tenham acesso à tecnologia e a dominem e assim se transformem em nações competitivas, capazes de disputar o mercado internacional neste terreno. O segundo objetivo é, anulando as nossas potencialidades nesta área, transformar o Brasil em mercado cativo dos países industrializados, e apenas eles deterão a capacidade de fabricar produtos de elevado teor tecnológico."

Em nome do PSB pronunciou-se o deputado Miguel Arraes, que criticou o pedido de urgência urgentíssima solicitado pelo ministro das Relações Exteriores em função de pressões feitas por países que importam produtos brasileiro. Irritado, Arraes disse que se sentiu atingido pelo discurso de Francisco Alberto Teixeira, representante da Interfarma, entidade que congrega os laboratórios farmacêuticos estrangeiros no País, "pelo recado que foi mandado a esta Casa por um presidente de uma empresa internacional (*), que disse que não vem nada pra cá sem uma lei de patentes que o satisfaça". "Fique ele sabendo - disse Arraes - que quem faz as leis neste País são os representantes do povo brasileiro e não a vontade de sua empresa".

* O texto citado foi lido por Euzébio Rocha na sessão, assinada pelo presidente da Interfarma e da Roche, no Brasil, em 1991. Euzébio Rocha afirmou que "somente uma lei de patentes de categoria internacional e, não, uma simples lei de patentes, trará novos investimentos a este País".

NACIONAL

CSN é patrimônio a preservar

DILERMANDO TONI

O leilão de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - foi antecipado para o dia 2 de abril próximo. O governo de Itamar Franco tomou essa decisão diante da campanha que as elites desencadearam, quando da demissão do ministro da Fazenda Paulo Haddad, para que tivesse prosseguimento a aplicação do projeto neoliberal. Para contornar a crise e aplacar a insatisfação dos monopólios nacionais e internacionais, Itamar cedeu, oferecendo a CSN e a "urgência urgentíssima" para a votação da lei das patentes. (vide matéria na página 4)

Dessa maneira, a decisão de antecipar o leilão da CSN tem natureza eminentemente política e se for realmente efetivado, como tudo leva a crer, os monopólios poderão cantar a vitória de ter conseguido atingir o coração do setor estatal da economia e um dos símbolos maiores da soberania nacional.

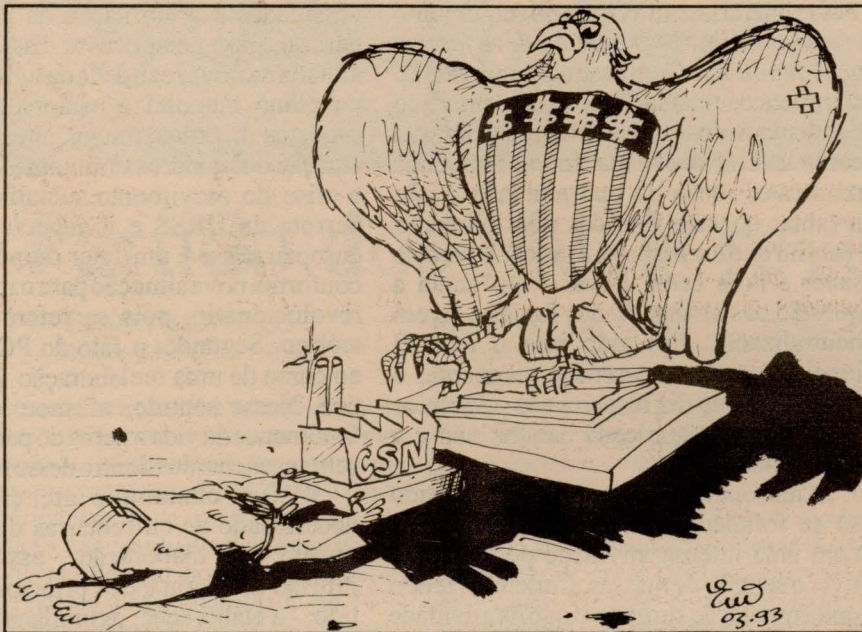
O governo cedeu

Até então o governo Itamar Franco vinha relutando em continuar com as privatizações, pelo menos com a mesma velocidade em que se davam no governo Collor de Mello. O cronograma geral de privatizações havia sido postergado, normas rígidas foram estabelecidas e havia o compromisso de que nos casos mais polêmicos o Congresso Nacional seria ouvido. Todas essas medidas refletiam de certa forma as pressões e contra-pressões a que o governo está submetido. Na mensagem que enviou ao Congresso Nacional dia 15 de março último Itamar colocou claramente a defesa das estatais mas as pressões se fizeram mais fortes e no meio da crise, demitiu-se também Barros de Castro, presidente do BNDES naquela ocasião, que saiu tirando no governo, com acusações de que não haveria nenhum interesse nas privatizações. No coro dos empresários não faltou a voz de Eduardo Modiano, presidente do BNDES à época de Collor de Mello e homem reconhecidamente entreguista.

Na realidade falta ao governo um apoio organizado dos setores populares e nacionalistas o que poderia dar maior consistência política ao movimento anti-privatizante. Tanto é que quando anunciou suas metas para a economia brasileira, o novo ministro Eliseu Rezende colocou entre elas, com destaque, a ampliação e agilização do processo de privatizações, ou seja, propôs a continuidade daquilo que Haddad queria

Por que a CSN?

A Companhia Siderúrgica Nacional tem história. Fundada em abril de 1941 começou a produzir coque siderúrgico em 1946 e aço em 1948. No início de suas atividades a produção era de 300 mil toneladas anuais o que representava a triplicação da capacidade brasileira de produção de laminados naquela época. A empresa surgiu como uma necessidade para que o Brasil pudesse ter um desenvolvimento soberano. Tanto é que os EUA como a



Alemanha, fizeram todos os esforços para controlar a siderurgia nacional e a CSN. Foi aproveitando as contradições entre essas potências à época da Segunda Guerra Mundial que se tornou viável a implantação da CSN. A companhia cresceu e estendeu suas atividades. Resumidamente pode-se afirmar sem sombra de dúvida que a industrialização brasileira só pôde ser feita graças à CSN. Em 1992, a produção foi recorde: 4.300.000 toneladas de aço!

Os tão falados prejuízos da CSN, argumento muito utilizado por quem tem interesse na sua privatização, em boa parte se devem a que a companhia forneceu, durante um longo período, chapas a preço subsidiado à indústria automobilística do Brasil que como se sabe é controlada pelas multinacionais. Mesmo assim este argumento é hoje insustentável. Em 1992 o lucro da CSN atingiu US\$ 125 milhões e o faturamento só nos dois primeiros meses de 93 chegou aos US\$ 300 milhões. Pelo lado do endividamento da CSN também os argumentos dos privatistas não se sustentam. O perfil da dívida da empresa é atualmente baixíssimo. Os débitos com os bancos alcançam US\$ 155 milhões no âmbito do Clube de Paris (países ricos) e US\$ 50,2 milhões de outros empréstimos. Essa situação

levou a que o diretor financeiro da CSN, Alexandre Leal afirmasse que: "no curto prazo, temos disponibilidade de caixa".

Em nada se justifica leiloar a CSN, quanto mais que o preço fixado é de US\$ 1,588 bilhão e o percentual de dinheiro vivo proposto ao governo pela Comissão de Desestatização é de 2%, ou seja, US\$ 30 milhões. "Um filé mignon pelo preço de osso", como se tem dito. Isso é o que explica o grande interesse por parte de fortes grupos monopolistas pelo leilão da CSN. Entre outros estão na disputa os bancos Bozano Simonsen, o Safra, o Econômico, o Bamerindus e o Boa Vista, ao lado da poderosa Andrade Gutierrez. Também não está descartada a participação de grupos internacionais.

Comenta-se que após o leilão voltaria a dirigir a empresa Roberto Procópio Lima Neto que se notabilizou por interferir no recente processo para a eleição da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, no sentido de que vencesse a Força Sindical de Medeiros, lacaio dos empresários. Para que a CSN seja salva será preciso que todos aqueles que defendem a soberania do Brasil tomem consciência de que os interesses nacionais estão em jogo e que só com muita mobilização será possível fazer ouvir sua voz.

Ataque à siderurgia

A voracidade com a qual os grandes monopólios avançam sobre o parque siderúrgico dos países pode ser explicada pelas atuais condições da indústria de aço no mundo. O setor está em crise. Nos EUA o sinal mais visível dessa crise está nas medidas protecionistas - ações anti-duping - contra 19 países - com que visam preservar a combatida siderurgia Norte-Americana da concorrência estrangeira.

Na Europa a situação também é grave. Várias grandes siderúrgicas são deficitárias e para reestruturá-las os dirigentes Europeus acreditam que terão que cortar 30 milhões de toneladas dos 190 milhões de capacidade instalada, a fim que se equilibre a oferta e a demanda. Isso implicaria na demissão de 100 mil trabalhadores dos 370 mil atuais. A Comunidade Econômica Européia pretende gastar US\$ 7,1 bilhões nessa reestruturação, dos quais US\$ 1 bilhão

seria de subsídios governamentais.

Nesse quadro de superprodução é que os países ricos fazem uma enorme pressão para que o parque siderúrgico dos países dependentes seja privatizado. Normalmente o aço desses países é colocado por um preço bem menor no mercado mundial. Trata-se portanto de eliminar a concorrência dos países dependentes, como parte do processo de reestruturação geral da indústria siderúrgica mundial.

A indústria siderúrgica brasileira, estatal em sua maior parte, é assim profundamente atingida por esses interesses estrangeiros. É um setor estratégico da economia que joga um importante papel tanto no avançamento da indústria nacional como no sentido de angariar divisas através das exportações. Já de algum tempo a produção de aço brasileira estacionou no patamar de 25 milhões de toneladas ao ano.

Momento de decisão em prol da soberania

EDMILSON VALENTIM

Presidente do PCdoB - RJ

A CSN nasceu num momento especial da vida brasileira, de forte participação nacionalista, decorrência direta da II Guerra Mundial; da campanha contra o nazi-fascismo e das contradições entre os interesses americanos e alemães. A 9 de abril de 1941, foi finalmente criada a CSN, com um capital social equivalente a 50 milhões de cruzeiros, programada para produzir 270 mil toneladas/ano de aço. Em junho de 1946 ela iniciou sua produção.

Passados 52 anos, a CSN está hoje entre as dez maiores siderúrgicas do mundo, com uma produção de cerca de 4 milhões de toneladas de laminado de aço por ano e com suas instalações industriais avaliadas em 7 bilhões de dólares. Além de ter o monopólio no Brasil da fabricação de folha de flandres utilizadas na indústria automobilística, alimentícia e de bebidas.

A CSN é fruto de um enorme esforço do povo brasileiro, de uma árdua luta de gerações em defesa da soberania nacional. Mas tirando a nostalgia, a CSN, assim como outras estatais estratégicas, é poderoso instrumento para construção de uma proposta de crescimento e desenvolvimento econômico com base na independência e soberania nacional. Imaginemos a produção e o preço do aço controlados de fora do país ou por alguns oligopólios tal qual acontece com os remédios.

Os grandes grupos privados estrangeiros e nacionais e seus representantes defensores do projeto neoliberal, visando altos lucros, aumentam a dependência do país; tentam retirar do Estado brasileiro este importante instrumento de política industrial.

Sob a pressão do imperialismo norte-americano e das forças conservadoras, que estão na ofensiva, o governo antecipou a data do leilão para o dia 2 de abril. O momento é de decisão; o movimento popular, as forças patrióticas, as personalidades políticas comprometidas com o desenvolvimento nacional, democrático e soberano do país estão chamados a desmascarar e impedir mais uma vez essa tentativa criminoso e antipatriótica de destruição da Nação brasileira.

Na luta contra a privatização brasileira

ELON VIANA

Presidente do PCdoB/Volta Redonda

O PCdoB em Volta redonda participa do Comitê Popular contra a Privatização - CPCP - junto com outros partidos, entidades e personalidades. No período do governo Collor muitos achavam que a luta contra a privatização da CSN estava perdida, mas o Comitê se manteve firme no seu objetivo de denunciar essa entrega do patrimônio público. Foram promovidos vários atos, palestras, tudo isso para se contrapor à milionária campanha que procurava sujar a imagem e a eficiência das estatais brasileiras. Com a saída de Collor e a entrada de Itamar, o movimento vislumbrou a possibilidade de reverter o processo de privatização.

Com a antecipação do leilão para o dia 2 de abril, a população de Volta Redonda ficou perplexa. A Associação Comercial, a Prefeitura, o presidente da CSN, sindicatos, Igreja, vereadores e o CPCP se reuniram e decidiram ir a Brasília contatar o presidente.

Já está marcada para o dia 22 (segunda-feira) uma grande manifestação na cidade. O governador Brizola se colocou à disposição para organizar um ato no centro do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que a única entidade que concordou com a antecipação foi o Sindicato dos Metalúrgicos dirigido pela Força Sindical.

Desafios para o crescimento partico

ANA MARIA ROCHA
Membro do CC do PCdoB

Durante os dias 12, 13 e 14 de março, setenta dirigentes nacionais e de quase todos os estados do Brasil estiveram reunidos em São Paulo para analisar os atuais desafios para o crescimento do PCdoB. A partir das intervenções de abertura dos temas, os debates ajudaram a formar um quadro dos problemas que o PCdoB tem de enfrentar para crescer e se fortalecer à altura de suas necessidades. Nesse sentido, o seminário representou um esforço coletivo para entender o partido real e poder avançar para um patamar superior, seja na questão teórica de entendimento e aplicação do marxismo-leninismo, seja na compreensão da realidade em que atua, seja no fortalecimento político e ideológico de seus militantes, em especial de seus quadros e núcleos dirigentes.

O componente político

O primeiro tema tratou dos condicionamentos políticos para o crescimento partidário. O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, abriu a discussão referindo-se à Conferência da Mantiqueira, que reorganizou o PCdoB em 1962. Aí davam-se passos importantes para reerguer o movimento comunista no Brasil. Amazonas prosseguiu dizendo que hoje o momento é distinto, o Partido evoluiu em sua trajetória política. Portanto é pertinente raciocinar coletivamente como neste seminário sobre os problemas da construção de um partido revolucionário. Amazonas situou a realidade do Brasil de hoje que está diante de uma encruzilhada histórica, ameaçado como nunca pela influência estrangeira que visa minar as bases da nação brasileira, sacudido por uma crise social de grandes proporções, e sob crescente ameaça à democracia. Diante disso, afirmou Amazonas, o PCdoB, imbuído do sentimento nacional, está chamado a jogar um papel histórico importante. E a discussão deste seminário, afirmou ele, é justamente refletir sobre como colocar o PCdoB à altura desse desafio.

Partido revolucionário

Depois de destacar que o Partido tem os componentes político, ideológico e organizativo, Amazonas deteve-se no componente político. Fez uma breve avaliação histórica de como o movimento operário evoluiu na compreensão da necessidade de seu partido político, das vicissitudes desse movimento, das variantes oportunista e sectária. Em meio a isso, situou o PCdoB como um partido político. Mas um partido político da *classe operária* e um partido *revolucionário*. Destacou que o PCdoB tem de atuar em meio adverso e conquistar as massas para suas idéias na ação política concreta. Deve atuar no curso dos acontecimentos. Mas esse curso político está cheio de armadilhas, uma vez que a burguesia está de olho no seu principal inimigo: a força revolucionária. Por isso, afirmou Amazonas, para se fazer uma política justa é preciso ter em conta alguns elementos: 1- *Fazer política de classe*. A que está em curso é a da burguesia. É preciso que os

comunistas compreendam o que serve direta ou indiretamente aos interesses da classe operária e ao avanço do movimento revolucionário. 2- *O partido deve fazer a grande política*. Com base na compreensão científica da realidade, deve ter a previsão da marcha dos acontecimentos; ter em conta a correlação de forças em cada momento; senso de oportunidade e não levantar questão fora das possibilidades reais no que diz respeito à tática. É preciso saber a hora certa. Levantar em conta a questão das alianças e das forças a serem neutralizadas. Em tudo isso o PCdoB precisa manter a coerência, resguardar o partido no que diz respeito aos princípios e ter presente que cada batalha não é a guerra final.

Amazonas destacou ainda que o partido só se fortalece com uma política justa, com uma intensa atividade política e se tiver o sentido de massas. Concluiu dizendo que a revolução surge no curso da atividade política.

Componente ideológico

Outro tema foi a análise dos condicionamentos ideológicos para o crescimento do PCdoB. Renato Rabelo e Walter Sorrentino fizeram as intervenções de abertura do tema.

Renato falou sobre os desafios teóricos e ideológicos. Depois de situar historicamente os fundamentos de Marx e o empenho de Lênin para organizar o Partido com arsenal político e teórico para enfrentar o capitalismo, coroadando com a vitória da revolução socialista de 1917 na URSS. Renato chega à realidade de nossos dias, colocando que os revolucionários perderam as posições conquistadas pelo socialismo e que se torna urgente a retomada da ofensiva contra o capitalismo. Para isso, assinalou, é preciso levar em conta a experiência acumulada e o desenvolvimento do marxismo. Nesse desafio de retomada, a experiência prova a necessidade da *ditadura do proletariado*.

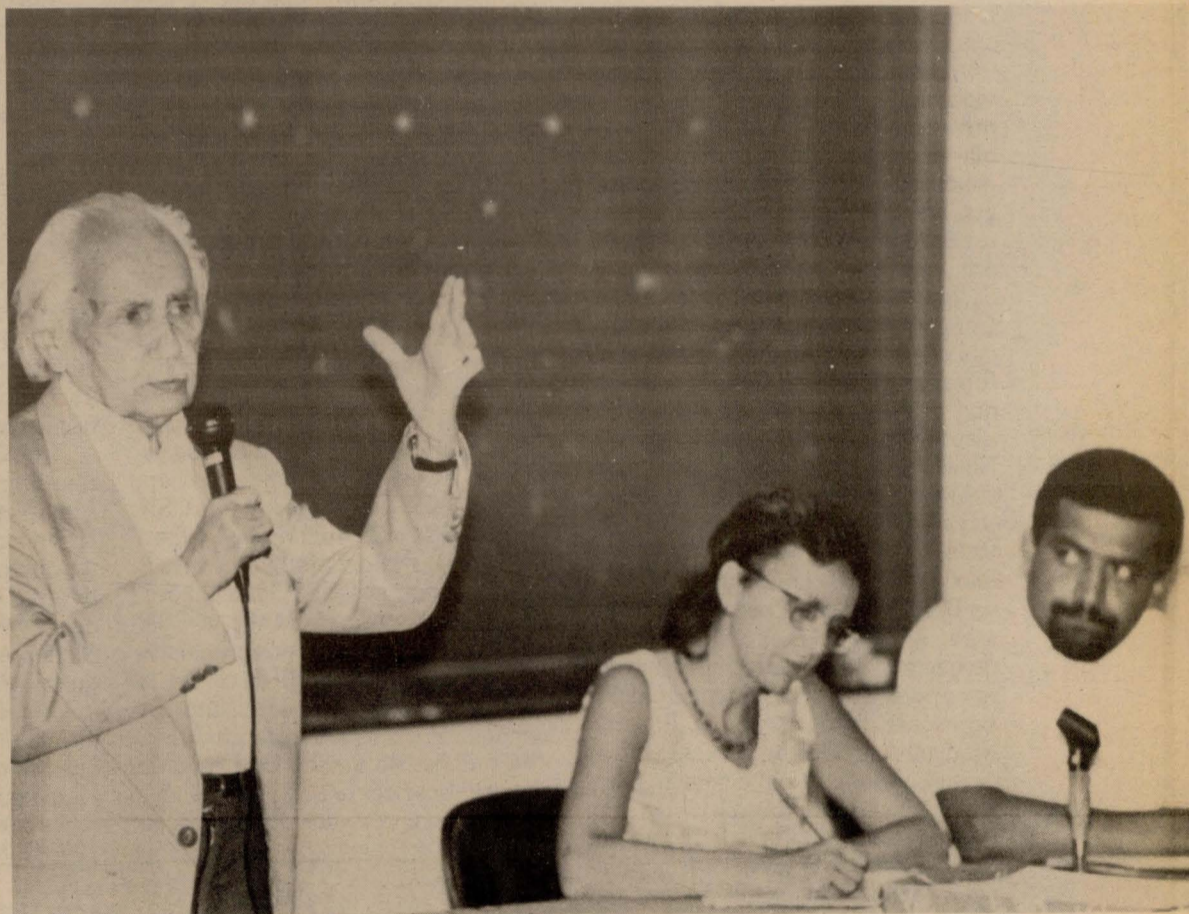
As relações internas

Por sua vez, Walter Sorrentino falou sobre as relações internas em conexão com o crescimento e fortalecimento partidário, reafirmando que isso remete a duas ordens de questão. A primeira diz respeito ao fato de que o crescimento partidário que interessa ao PCdoB está solidamente vinculado à concepção marxista-leninista de suas fileiras, garantindo sua continuidade proletária-revolucionária, tendo como princípio central a reger suas relações internas e a disciplina de seus membros o *centralismo - democrático*. A segunda diz respeito à perspectiva revolucionária dos quadros e militantes

em cada momento, sua dedicação e empenho em enfrentar tarefas partidárias, vinculadas à assimilação da política do partido. Essa perspectiva, disse Walter, é afetada na nova realidade da luta de classes no plano mundial e nacional, sob dois aspectos distintos, ambos interferindo na atuação dos quadros e militantes. Primeiro, a crise do movimento socialista, com a derrota da URSS e a *débauche* do Leste europeu. Esse é um fator duradouro, que conforma nova situação para o movimento revolucionário, pois se refere ao plano teórico. Segundo, o fato do PCdoB estar no curso de uma reelaboração programática. Nesse sentido, afirmou Walter, os fenômenos da vida interna do partido precisam ser encarados dentro desse referencial.

Walter chamou a atenção para a necessidade de enfrentar as dificuldades quanto a: - elaboração, assimilação e difusão da teoria e dos princípios do partido; - a elaboração, assimilação e difusão da política do PCdoB; - a maior ligação com o movimento de massas; - métodos adequados para o tratamento das questões internas do partido.

colocação mais abrangente destacando a atuação do partido nas diversas frentes. Afirmou que o PCdoB é um partido inscrito na vida política e social do país, dotado de prestígio político junto à sociedade, respeitado por sua capacidade teórica, consequência política, seriedade e lealdade. Um partido, afirmou Freitas, que busca continuamente estreitar laços e representar organicamente a classe operária e o povo sofrido de nosso país. Mas apesar dessa influência no cenário político, isso não se reflete num crescimento orgânico acelerado ou na conquista de influências e posições políticas num patamar qualitativamente superior. E examinou alguns aspectos para deslanchar o crescimento partidário: 1- Ter uma política correta, ajustada às necessidades do mundo e do país, calçada na realidade objetiva que vivemos e que abra perspectivas para a luta revolucionária; 2- Compreender amplamente a sua política, dominá-la em profundidade, discuti-la com intensidade e aplicá-la com criatividade. Existe uma distância abissal entre a elaboração e compreensão política do CC e o conjunto do partido; 3- Desen-



Amazonas destacou que o PCdoB se fortalece em meio a uma intensa atividade política

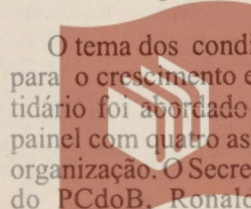
Walter destacou ao final questões que considera fundamentais nesse sentido: primeiro, colocar em novo patamar o papel das direções, a partir do Comitê Central e dos Comitês Regionais. Segundo, imprimir maior organicidade 'a vida das organizações partidárias de alto a baixo; terceiro, imprimir maior ênfase na discussão teórica, política e programática na atuação do partido.

O componente organizativo

O tema dos condicionantes orgânicos para o crescimento e fortalecimento partidário foi abordado sob a forma de um painel com quatro aspectos de organização. O Secretário de Organização do PCdoB, Ronald Freitas, fez uma

volver uma propaganda que o integre com a sociedade. A agitação e propaganda deve ser um elemento essencial para o crescimento e fortalecimento do partido; 4- Manter um trabalho organizado e metódico, planejado e não espontâneo; 5- Ter uma base material capaz de dar sustentação à ação política do partido.

Dyneas Aguiar, Secretário de Massas do PCdoB, chamou a atenção para que a ação dos comunistas nas entidades de massa visa a organização e a luta pela solução dos problemas imediatos, concretos, mas não pode ficar nos marcos estreitos da consciência espontânea das massas. Partindo do imediato, os comunistas devem se esforçar para desenvolver uma perspectiva de uma perspectiva mais ampla, que elimine as causas reais do sofrimento, da miséria e



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB diário

ando a da exploração dos trabalhadores. Destacou que as formas e os métodos de atuação dos comunistas nas entidades devem levar em conta o tipo de entidade, os objetivos para que foram criadas, a sua composição social, o nível cultural. Já o Secretário de Organização no Rio Grande do Sul, Adalberto, falou da rica experiência de interiorização do PCdoB, uma necessidade colocada pelo deslocamento de importantes pólos de desenvolvimento para o interior dos estados brasileiros.

Prioridade para a classe operária

Outro aspecto do painel dos condicionantes organizativos foi apresentado pelo dirigente Jairo José, de São Paulo, sobre os desafios da construção do PCdoB entre os operários. Jairo assinalou que reafirmar o papel estratégico da classe operária para o êxito da revolução socialista ganhou mais relevo em virtude de dois fatores importantes:

O primeiro, objetivo, as alterações profundas no mundo do trabalho, com a implantação de novas tecnologias, alteração no perfil da classe operária, expansão de métodos novos de controle e gerenciamento, terceirização, etc. E outro, subjetivo, devido à ofensiva atual das classes dominantes, que contam com o apoio de certas correntes com inserção no meio operário, para negar o papel dirigente do proletariado no processo revolucionário mundial e nacional.

Segundo Jairo, muitos são os fatores que dificultam a implantação do PCdoB entre os operários. Desde os reflexos da crise do socialismo, passando pelos anos de ditadura, ao surgimento do PT até a recessão que se abate sobre o povo trabalhador.

Devido à complexidade desse desafio, Jairo apontou a necessidade de formação de uma comissão que planeje melhor a questão. Destacou ainda a necessidade da formação política e teórica de quadros e militantes operários.

Seminário aponta perspectivas

O amplo leque de discussão feita no seminário não cabe nessas páginas de **A Classe Operária**. Por isso, a comissão de organização do Comitê Central do PCdoB já está providenciando a impressão de um caderno com as principais intervenções.

Mas o sentimento dos participantes do seminário foi de que, embora a situação seja adversa aos revolucionários, é possível fazer crescer o partido, como ficou evidente na intervenção da Secretária de Organização do PCdoB em Santa Catarina, a companheira Lia. Nesse Estado, com um plano definido e decisão política, o Comitê Regional teve êxito na construção partidária, inclusive na classe operária.

Para os participantes ficou marcada a compreensão de que para seu caráter de reforçar o partido político revolucionário, o PCdoB precisa fazer fluir a discussão política e teórica em sua estrutura; que o crescimento das fileiras partidárias passa pelo fortalecimento dos quadros e núcleos dirigentes que precisam estar mais capacitados para as batalhas políticas, para expressar os anseios das massas e contribuir no curso da luta para forjar a perspectiva revolucionária e socialista para o Brasil.



Partido dos ideais revolucionários

RENATO RABELO
Membro do CC do PCdoB

Nesses setenta e um anos percorridos pelo PCdoB atravessamos o período de maior complexidade e adversidades de toda a história mas, ao mesmo tempo, de maior acúmulo de experiências e de possibilidades de retomada da luta revolucionária em patamar jamais vivenciado pelo movimento operário.

“Nos nossos dias”, dizia Marx em 1856 referindo-se ao capitalismo de então, “tudo parece piense de seu contrário”. No final do século XX, essa afirmativa de Marx é muito mais profunda. Por um lado despontam forças industriais e científicas sem precedentes na história humana anterior. Por outro lado, nunca tantos sintomas de uma decadência avassaladora, da extensão da fome e de carências sociais e humanas alcançaram níveis e proporções tão elevados. Acerca dessas contradições não nos devem enganar as artimanhas engendradas pela classe capitalista com toda sua camada de protetores “teóricos”, pregadores sacros e publicistas assalariados. Porque a realidade das contradições objetivas é implacável. Enquanto o capitalismo moderno concentra a produção, o capital e o domínio da tecnologia em um pólo, em níveis inimagináveis, se estende pelo contrário um vasto contingente de operários, trabalhadores, desempregados, deserdados e famintos desesperados e ansiosos por uma nova vida.

Esse quadro cada vez mais contraditório precisa ser justificado e mantido por uma visão e um sentido baseado na conveniência do desenvolvimento capitalista desse final de século. Por isso, a ofensiva burguesa contemporânea concentra-se no ataque a qualquer projeto político-social que dê perspectivas emancipadoras às grandes massas populares ou à idéia de progresso social. E, aproveitando-se do período de derrota, com o retrocesso das primeiras experiências de construção do socialismo, os intelectuais a serviço da burguesia vasculham no baú do pensamento reacionário fórmulas e categorias que justifiquem a “superação” das idéias e instrumentos que possibilitaram as vitórias da revolução proletária e popular dos séculos XIX e XX. De posse de eficientes meios de comunicação, a classe capitalista espalha espessa bruma de obscurantismo. Chegamos assim ao fato mais marcante da história atual, na síntese das contradições de nossos dias: ao lado do extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico, recuo obscurantista e retrocesso social.

Luz do pensamento social

As idéias mais essenciais ao progresso social como Partido Comunista ou Popular, revolução social, progresso da luta de classes e perspectiva histórica além do capitalismo, o socialismo, têm que ser demonstrados e veiculados como ultrapassados. O obscurantismo e a alienação necessários à sobrevivência da burguesia, ganharam uma bonita embalagem, própria dos produtos dessa fase capitalista-consumista, “modernidade” e “pós-moderno”. Isso feito, é preciso o arrazoado. Nada melhor do que buscar socorro no arsenal construído pelo pensamento burguês para determinadas ocasiões. Como demonstra

muito bem José Carlos Ruy em seu artigo “Alguns pressupostos filosóficos da pós-modernidade”, é no irracionalismo, no subjetivismo e no pragmatismo que vão buscar sua âncora. Historicamente, “o irracionalismo avançou depois da derrota das revoluções de 1830, 1848 e 1871 (Comuna de Paris)”. Não é por acaso que “a situação atual tornou-se favorável para a confluência entre o irracionalismo de Friederich Nietzsche e Wiliam James e o positivismo de August Comte e Emile Durkheim”. Tudo isso, visando atingir a base do pensamento mais avançado e revolucionário desses dois últimos séculos, o materialismo-dialético e o materialismo-histórico, descobertos por Marx e Engels. A propaganda burguesa, procurando sujeitar a pequena burguesia e ganhar a classe operária para continuar a ordem capitalista, monta um arcabouço teórico e filosófico para negar o exame objetivo do mundo real. “A vida deixa de ter base objetiva e transforma-se numa revelação mística, intuitiva e radicalmente individualista”. A razão transformou-se em mera técnica e aplicada apenas aos negócios. Instaurou-se o pluralismo de verdades e a di-luição das categorias. Só é verdadeiro o que convém ao indivíduo. Teorias não são verdadeiras ou falsas, mas sim úteis e inúteis. As massas são impotentes para alterar sua própria história e a revolução uma ilusão. Em resumo, o fim do real, fim da revolução e morte da ideologia.

Nessa bruma obscurantista é preciso acender e espriar fortemente a luz do pensamento social mais moderno da nossa era, o marxismo. Este toma grande impulso de desenvolvimento nesse início de século, tornando vitoriosa a revolução proletária na Rússia. Cabe aos comunistas de hoje a defesa e desenvolvimento dessa teoria de vanguarda para preparar um novo período revolucionário. A crise do marxismo é de desenvolvimento. Ou seja, incorporação de novas categorias e conceitos, baseados no materialismo-dialético e no materialismo-histórico, para responder às mudanças da sociedade atual.

Reduto do marxismo

O PC do Brasil fundado em 1922 e reorganizado em 1962 justamente para preservar os ideais revolucionários marxistas, é o mais importante reduto do pensamento marxista, proletário e revolucionário do Brasil. Mas para a burguesia e os reacionários é preciso apagar a luz na bruma escura que lhes protege. Essa luz é o PCdoB. Manter e espalhar essa luz não tem sido tarefa simples. A firma João Amazonas que, “A idéia da construção desse Partido não surge pronta e acabada. Envolve um processo de elaboração da experiência da luta de classes contra a burguesia, da aprendizagem da arte de comandar grandes massas em combates renhidos”.

O PCdoB, para cumprir sua missão histórica, deve ser essencialmente político e voltado para ação política e revolucionária. Porém, a sua força, a sua base reside na sua construção teórica e ideológica. O partido percorreu diferentes fases históricas, utilizando variadas formas de luta política e

de organização buscando tornar realidade a emancipação dos trabalhadores. Apesar de não ter sido fácil a assimilação em maior profundidade da ideologia proletário-revolucionária, a partir da Reorganização em 1962, o Partido se firmou como força comunista, anti-revisionista, revolucionária e coerente. Assim, evolui teórica e ideologicamente passando a contribuir decisivamente na elaboração do pensamento revolucionário no Brasil, e, em certa medida, no mundo atual. O PCdoB nunca perdeu de vista a perspectiva socialista, a vontade e o desejo da transformação radical do capitalismo, a convicção da importância de ser um partido de combate, de tipo leninista. O irracionalismo e subjetivismo filosófico pressionam no campo político e partidário. Tece a idéia de que o partido é um trambolho. E no movimento operário, a esquerda defensiva, utiliza de pontos de vista liberais para negar a atualidade do centralismo-democrático e da unidade partidária.

O PCdoB conseguiu significativo nível de desenvolvimento em seu pensamento revolucionário, marxista. Podemos resumir essa evolução teórica e ideológica em importantes questões tais como: o significado do papel da burguesia no processo político brasileiro; elementos teóricos e políticos para construção de uma tática revolucionária, ampla e flexível, tendo em conta a relação enteradicalização e ampliação de luta; tática defensiva de acumulação de forças etática ofensiva; a função da luta pela liberdade política para conquista do poder popular; o papel do pensamento de Mao Tse-Tung na teoria marxista; o desmascaramento das ilusões políticas foquistas e reformistas no Brasil e na América Latina; a crítica da teoria dos três mundos. As formas atuais de apresentação da social-democracia e do trotskismo no movimento operário; as modificações nos ciclos da crise capitalista; a fundamentação da linha anti-marxista contida na Perestroika de Gorbachov, desde o início de sua aplicação na URSS; a caracterização da crise do marxismo desde 1984. E o salto conseguido com a realização do 8º Congresso em 1992, que sistematizou a opinião do Partido quanto às causas da degenerescência do socialismo na URSS e o papel histórico de Stálin. Definiu bases atuais para a reunificação e a unidade do movimento operário e comunista, à luz do internacionalismo proletário. Por fim se ressalta a importante evolução no pensamento estratégico, o qual superou a visão mecânica das duas etapas da revolução brasileira, criticou o caráter predominantemente nacional-revolucionário dos programas anteriores, definiu o objetivo estratégico socialista para o Brasil e indicou o passo para a elaboração de novo programa partidário, tendo em vista a transição do capitalismo para o socialismo.

O PCdoB possui, assim, uma rica base teórica política como ponto de partida para o desenvolvimento do marxismo nas condições atuais do Brasil e do mundo. O partido decidiu no processo político e revolucionário. Não por que queremos, mas porque a marcha dos acontecimentos nesse final de século assim exige.

MOVIMENTOS

Amazonas saúda Fidel
por vitória eleitoral

O presidente do PCdoB, João Amazonas enviou mensagem ao presidente de Cuba, Fidel Castro, saudando a vitória na eleição realizada no dia 24 de fevereiro. Diz a mensagem:

"Em nome do Partido Comunista do Brasil, enviamos e, por vosso intermédio, ao Partido Comunista e a todo o povo cubano, as mais entusiásticas saudações pela estrondosa vitória alcançada na eleição de 24 de fevereiro último.

A vitória eleitoral do Poder Popular confirma a disposição do povo cubano de defender e consolidar ainda mais as conquistas da Revolução, de resistir ao feroz bloqueio imperialista e de abrir novos caminhos que assegurem o socialismo, a paz, a liberdade e a independência nacional na heroica ilha.

Os imperialistas e seus agentes tudo fizeram pelo insucesso da eleição em Cuba. Pregaram abertamente a abstenção e o voto nulo, inventaram mentiras, distorceram a realidade. Mas fracassaram rotundamente. O massivo comparecimento às urnas e o elevado índice de votação nas candidaturas do povo demonstraram a adesão espontânea, voluntária e democrática das massas ao Poder Popular. Esta nova vitória da Revolução e do socialismo em Cuba constitui um alento para os povos de todo o mundo, em particular da América Latina e do Brasil.

Ao expressar nossa calorosa saudação e alegria com o aperfeiçoamento da democracia socialista em Cuba, o Partido Comunista do Brasil reitera o incondicional apoio a resistência do valoroso povo cubano e deseja que vossa firme e sábia direção, avance para a conquista de novas e maiores vitórias".

CSC avança no Ceará

A Corrente Sindical, que faz parte da CUT, obteve uma importante vitória no Ceará, ao vencer a eleição para o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Ceará. A chapa vitoriosa "Oposição pra valer", obteve 52% dos votos, de um total de 2.023. A chapa conseguiu reunir um conjunto de forças insatisfeitas com a maneira fechada com a antiga diretoria conduzia a entidade. Esta é a terceira vitória da CSC no Estado. As outras duas foram para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapiuna e para o Sindicato dos Petroleiros.

Inaugurada sede da UBM

A União Brasileira de Mulheres e a revista Presença da Mulher comemoraram o Dia Internacional da Mulher com a inauguração de sua nova sede. Faltou espaço para acomodar as diversas lideranças do movimento de mulheres, colaboradoras da revista e personalidades políticas que foram prestigiar o evento. A nova sede será mais um impulso para a atuação da corrente emancipacionista, ponto de aglutinação das mulheres e de troca de experiências para seguir adiante em sua luta contra a discriminação.



UBM vai às ruas

Os caras-pintadas estão de volta às ruas. Convocados pela UNE e pela UBES eles saíram em passeata pelas ruas de São Paulo no dia 17 de março e, do Rio de Janeiro, no dia 18. Os estudantes reivindicam novas regras para o reajuste das mensalidades, o direito a meia-entrada em cinemas de São Paulo (a liminar que garantia este direito foi cassada), a votação imediata da nova Lei de Diretrizes e Bases e a interdição e auditoria nas escolas que praticam aumentos abusivos.

Em São Paulo, a passeata que reuniu cerca de 10 mil estudantes, foi uma demonstração do apoio dos estudantes à UNE e UBES, apesar da constante campanha que as entidades vêm sofrendo por parte dos grandes jornais e de setores do PT, inclusive diretores da UNE, que fazem ataques descarados contra o direito das entidades emitirem a carteira de estudante. "As elites de São Paulo não se conformam com o fato da UNE ser reconhecida pelos estudantes e conquistar uma infraestrutura adequada ao seu funcionamento", afirma o presidente da entidade, Lindberg Farias.

A passeata foi dedicada pelo presidente da UNE à memória do estudante Édson Luis de Lima Souto, morto no dia 28 de março de 1968, em um confronto com a polícia, quando

participava de uma manifestação no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A morte de Édson Luis criou um clima de comoção nacional, com a realização de passeatas e protestos.

Mensalidades

No último dia 11, Lindbergh foi recebido pelo presidente da República, Itamar Franco, que determinou a criação de uma comissão interministerial com a participação da UNE, para estudar a questão das mensalidades. Segundo Lindbergh os reajustes nas escolas particulares chegaram a 800% acima da inflação no ano passado, provocando a evasão de cerca de 300 mil alunos.

Mulheres do PCdoB realizam seminário em SP

A retomada do trabalho do PCdoB em São Paulo junto às mulheres iniciou-se após a realização do 8º Congresso. O quadro local revelava dispersão organizativa, indagações sobre o rumo a seguir, estagnação na formação e incorporação de novos quadros militantes. A partir da constituição da Comissão Estadual de Mulheres, dirigida pelo secretariado do Diretório Regional, passamos a ter um núcleo de debate específico da frente com capacidade para implementar a ação partidária.

Em 92, privilegiamos a atuação na campanha eleitoral de Ana Martins, constituindo comitês femininos, com materiais específicos e encontros amplos. O final do ano revelou balanço positivo: além da eleição de Ana para vereadora na capital, surgiram novas bases de atuação e companheiras que se destacaram. A força e a penetração das mensagens dirigidas às mulheres ficaram evidentes.

Em 93 abriu-se uma outra etapa que incluía a realização de um Seminário Estadual, nos dias 13 e 14 de março. Foi precedido de uma série de reuniões

setoriais preparatórias nos Distritais da zona Leste e Sul, com as mulheres sindicalistas, do movimento negro, as jovens e algumas cidade do interior como Campinas e Santo André.

De todas estas bases vieram as 55 mulheres que participaram do Seminário, enfrentando dificuldades de locomoção, o cuidado com as crianças e toda a sustentação do encontro. Os debates foram ricos e polêmicos na questão do papel do trabalho para a emancipação da mulher, e no que revelam de opressão os dados resultantes da CPI da violência.

Foi apresentada uma retrospectiva histórica da luta feminista, seus movimentos e entidades, nos outros países e no Brasil, desde que a bandeira dos direitos da mulher se expressou na sociedade moderna. As experiências nos países socialistas chamaram mais atenção, naquilo que representaram de avanço extraordinário para a situação daquelas mulheres e no que revelou-se como debilidade e limitação ao seu pleno e contínuo desenvolvimento.

A opressão de gênero mostrou-se tema que exigiu maior reforço teórico

LEANDRO SCHILIPAKE



Manifestação reuniu 10 mil em São Paulo

Na Câmara dos Deputados tramita um projeto de lei que determina novas regras para o aumento das mensalidades e que conta com o apoio dos estudantes. Existe o perigo, no entanto, de que Roberto Jefferson, integrante da tropa de choque do ex-presidente Collor e dono de escola particular, seja indicado relator do projeto. "Se isto acontecer, vamos invadir a Comissão de Justiça e não aceitaremos que o chefe do esquadrão da morte de Collor se meta com os estudantes", avisa Lindbergh.

Conselhos

A União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas realizam nos próximos dias o seu Conselho Nacional de Entidades Gerais.

O da UNE está marcado para os dias 9, 10 e 11 de abril, na cidade de Campinas (SP). O da UBES será realizado nos dias 2, 3 e 4 de abril, em Brasília.

Além de discutir temas de atualidade, os dois conselhos deverão marcar a data dos congressos das duas entidades. Por isso esses encontros deverão ser bastante disputados, com a presença de um grande número de entidades estudantis.

para a compreensão da concepção revolucionária e emancipadora da luta da mulher. A assimilação foi diferenciada pelas participantes. Demonstrou que é preciso mais empenho coletivo no estudo, divulgação e debate no partido e na nossa corrente.

O debate final do Seminário examinou a trajetória do movimento de mulheres em São Paulo e apontou os caminhos da continuidade do esforço atual, com a consolidação da Comissão Estadual, e a persistência em integrar todas as militantes comunistas que atuam nas diversas frentes (sindical, popular, parlamentar, estudantil) à luta mais geral pela emancipação feminina. A decisão mais importante foi a de reativar a União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo, com a formação de uma comissão reorganizadora que fará discussões, reuniões de base, publicação de boletins, e outras iniciativas que criem as condições para um trabalho mais sólido e permanente da nossa entidade de massas.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

do Comitê Regional do PCdoB - SP

MOVIMENTOS

UDR reage à reforma agrária

GUIOMAR PRATES

Os conflitos pela posse da terra transformaram o campo brasileiro num verdadeiro barril de pólvora, pronto a explodir. Acostumado a ter nos governantes do país fiéis aliados, sempre dispostos a cumprir suas ordens, o latifúndio não se conforma com o veto de Itamar Franco a dois artigos que, na prática, impediam a divisão da terra. Coincidente com a aprovação da lei da reforma agrária, a UDR (União Democrática Ruralista) se rearticula, não se conforma com a indicação do novo presidente do Incra e faz ameaças veladas ao próprio presidente da República, além de continuar patrocinando o terror contra trabalhadores sem-terra e posseiros. No município de Campo Bonito (PR) a polícia executou o líder dos sem-terra Diniz Bento da Silva, mais conhecido como Teixeira. Os assassinos de Chico Mendes continuam foragidos. Em Araguaina, município do Tocantins, o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dirigente do PCdoB, Mozarniel Patrício da Silva, foi encontrado morto no dia 17 de março, após estar desaparecido por uma semana.

A aprovação da Lei da Reforma Agrária abre uma porta para que a terra seja dividida no Brasil, mas não significa ainda que ela será realizada. Os milhares de trabalhadores rurais com pouca ou sem nenhuma terra que se mobilizam de norte a sul do país na luta pela reforma agrária saudaram os vetos aos artigos 14 e 17 do projeto que havia sido aprovado no Senado. O artigo 14 permitia ao expropriado permanecer na posse do imóvel objeto da desapropriação enquanto transitasse em julgamento a sentença de desapropriação. O artigo 17 tratava da escala de prioridades para a desapropriação de imóveis rurais, tendo como referência todo o território nacional e não cada micro-região homogênea como propunha o Senado. Com isso inviabilizava-se a ação do poder público na desapropriação e assentamento em locais de conflito. Os vetos de Itamar Franco aconteceram depois de intensa mobilização dos partidos que defendem a reforma agrária, juntamente com a Contag, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CNBB, a CUT e a CPT.

Por seu lado, a UDR, entidade fascista



Ato em SP repudia a violência no campo e pede a punição dos assassinos

que representa os latifundiários vai aos jornais para afirmar que reagirá a qualquer tentativa de reforma agrária. O presidente da UDR de Brasília, José Filipe dos Santos, diz que "a UDR estava hibernando, mas agora acordou para lutar, sem tréguas pelo direito à propriedade da terra". Para ele, os trabalhadores que ocupam terras devem ser tratados com base no artigo 502 do Código Civil, que permite reação pela força. Conhecendo os métodos utilizados pela UDR, pode-se imaginar a que nível os latifundiários pretendem radicalizar.

Guerra já começou

A impunidade tem contribuído para que os latifundiários se sintam à vontade na hora de contratar pistoleiros para assassinar líderes sindicais, padres e parlamentares que defendem a reforma agrária. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, entre 1964 e 1992, ocorreram mais de 1.600 assassinatos no campo e apenas 29 fazendeiros e pistoleiros foram levados a julgamento. Enquanto isso, as elites se articulam e procuram desmoralizar os trabalhadores sem-terra.

Em outubro de 1991, cerca de 300 famílias de trabalhadores ocuparam 950 hectares da Fazenda Santana, em Campo Bonito (PR). Como o Incra não cumpriu o acordo de assentar todas as famílias dentro de dois anos, 150 famílias

resolveram ocupar o restante da Fazenda, que possui 6 mil hectares e é totalmente improdutivo. Segundo a coordenação do MST, a ocupação foi pacífica durante a madrugada do dia 3 de março, mas na tarde seguinte, um conflito com três pessoas que se diziam amigos do madeireiro Cassol e que pretendiam entrar na Fazenda sem se identificarem, resultou na morte dos três, que eram policiais. A partir daí, o comando da polícia militar em Cascavel assumiu que os policiais estavam cumprindo ordens e desencadeou uma verdadeira operação de guerra. Cercaram a área, mobilizaram vários batalhões e incitaram a população ao linchamento dos sem-terra.

No dia seguinte, foi feito um acordo em que os agricultores dariam depoimento na polícia, que não usaria de violência. O acordo foi rompido quando o juiz de Guaraniacú resolveu dar ordem de prisão a todos os adultos do acampamento, que foram levados para a cidade. Horas antes, porém, um dos agricultores entregou-se à polícia, foi barbaramente torturado e depois levado ao acampamento para identificar os demais que teriam participado do conflito que culminou na morte dos policiais. Foram presos 11 trabalhadores, que, sob tortura, confessaram ter participado do crime e apontaram Teixeira como outro. A polícia começou então a caçada. Teixeira foi brutalmente assassinado com vários tiros.

A comissão do Ministério da Justiça que foi ao Paraná investigar a morte de Teixeira, apresentou ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, um relatório que contesta a versão oficial que afirma que o líder dos sem-terra teria sido morto por reagir à prisão. Segundo o que apurou a comissão, composta pelo presidente da OAB, Marcelo Lavenère, pelo jornalista Carlos Chagas, da ABI, e pelo procurador Álvaro Ribeiro da Costa, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, houve coação física e tortura contra os trabalhadores rurais.

Sindicalista esquarterado

O corpo de Mozarniel Patrício Pessoa Silva, 43 anos, dirigente do PCdoB em Araguaina e vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dessa cidade foi encontrado no córrego Jacubinha, com sinais de múltiplo espancamento, perfurações a bala e esquarterado, no dia 17 de março, após estar desaparecido há uma semana.

O líder do PCdoB na Câmara Federal, Aldo Rebelo, denunciou o assassinato e solicitou a imediata ação do Ministério Público para apurar as circunstâncias e os motivos do crime, exigiu a identificação dos responsáveis e a imediata punição dos assassinos.

Araguaina integra a região conhecida como "Bico do Papagaio", famosa por ser um dos principais focos de violência no campo brasileiro, onde existe tabela de preço para a contratação de pistoleiros.

O PCdoB tem sido uma vítima constante dessas violências, com o assassinato de inúmeros de seus militantes, como João Canuto de Oliveira, José Canuto, Paulo Canuto e Expedito Ribeiro de Souza, todos dirigentes sindicais de Rio Maria, Sul do Pará e, mais recentemente, o dirigente do Partido em Tarauacá, no Acre, João Bosco.

Os que defendem a reforma agrária querem o fim da impunidade para mandantes e executores dos crimes contra trabalhadores rurais. No dia 16 de março foi realizado um ato na Câmara Municipal de São Paulo, com a presença de Osmarino Amâncio, líder dos seringueiros e sucessor de Chico Mendes que está ameaçado de morte, e de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, exigindo a reforma agrária e o fim dos assassinatos.

Terra dividida aumenta produtividade

No Brasil existem 13 milhões de trabalhadores em busca da terra para trabalhar.

Segundo a insuspeita pesquisa Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos da reforma agrária, realizada pela FAO, organismo da ONU para alimentação e agricultura, "o assentamento de população de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo Incra revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo."

O estudo abrangeu 440 assentamentos criados entre outubro de 85 e outubro de 89. Todos os indicadores demonstram a viabilidade da reforma.

A renda mensal média das famílias é de 3,70 salários mínimos, contra um único salário de 66% dos demais trabalhadores do campo. Em média, os beneficiários conseguiram, em quatro anos, aumentar seus bens em 206%.

O argumento dos opositores da reforma agrária, de que a maioria dos assentados desiste do lote, vendendo-o na primeira oportunidade, também é desmontado pela pesquisa. Apenas nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde não há infra-estrutura nem assistência técnica, a desistência é significativa: 32% na primeira e 20% na segunda. No Nordeste, o índice cai para 6%, no Sudeste para 15% e, no Sul, para apenas 4%.

Pontos principais da Lei de Reforma Agrária

A propriedade rural deve atender sua função social, sendo aproveitada racional e adequadamente, com utilização dos recursos naturais e preservação do meio ambiente e respeito às relações trabalhistas.

A desapropriação por interesse social das terras será indenizada com títulos da dívida agrária.

As benfeitorias existentes nas áreas desapropriadas serão indenizadas em dinheiro.

A propriedade produtiva é aquela que atinge níveis de utilização da terra e eficiência na sua exploração.

O grau de utilização deve ser igual ou superior a 80%. E o de eficiência de 100%.

As terras rurais de domínio da União, dos estados e dos municípios ficam, "preferencialmente", destinadas para a reforma agrária. Excetuam-se as reservas indígenas e parques.

Após a desapropriação, o governo tem até três anos para transferir a propriedade aos beneficiários, que poderão explorá-las de maneira individual, condominial, cooperativa, associativa ou mista.

Terão prioridade na entrega dos títulos de domínio e concessão de uso de terras desapropriadas os chefes de família numerosa, que se comprometam a desenvolver a atividade agrícola. As terras distribuídas na reforma agrária são negociáveis por 10 anos.

INTERNACIONAL

Sinais de mudança na Rússia

UMBERTO MARTINS

A crise política e institucional da Rússia elevou-se a um novo patamar nas últimas semanas. O Congresso dos Deputados do Povo (órgão máximo do Parlamento), reunido dias 11 e 12 deste mês, impôs dura derrota ao presidente Yeltsin.

Com os poderes sensivelmente reduzidos, especialmente em relação à política econômica, ele vem manobrando desesperadamente para reverter as decisões do legislativo. Esbraveja muito, ameaça com golpe de Estado, mas parece a cada dia mais fraco, enquanto avançam o colapso da economia (com a inflação na casa dos 2.600% ao ano, desemprego e miséria em massa), a desagregação da federação e o descontentamento popular com os efeitos da transição ao capitalismo.

**Pânico**

Manifestantes comunistas protestam no último dia do Congresso dos Deputados do Povo

O pânico de Yeltsin contagiou também as potências ocidentais, cujos planos para a Rússia (aplicados com fidelidade pela equipe do presidente) estão em questão. EUA, Alemanha e França dão seguidas demonstrações públicas de apoio ao líder da burguesia russa, mas nada indica que conseguirão evitar seu infortúnio.

A crise, na verdade, é bem maior do que a guerra entre o presidente e o Parlamento. "Trata-se", diz Andrey Fyodorov, assessor do vice-presidente Alexander Rutskoi, "de um conflito mais profundo e mais sério a respeito do modelo de desenvolvimento para o país, a respeito do sistema que existe aqui".

A instabilidade política reflete não só a crise econômica como igualmente as imensas dificuldades da burguesia russa (de origem recente e financeiramente frágil) para assegurar a manutenção do poder e a travessia em direção ao mercado.

Apelo fascista

A virtual ingovernabilidade está levando os dirigentes da burguesia a um crescente apelo para soluções fascistas. Yeltsin vem buscando, com insistência, apoio no meio militar para implantar uma ditadura sob o disfarce de "governo presidencial direto".

Não está tendo sucesso, ao menos até o momento. Mas a verdade é que tal idéia não é exclusivamente dele. Recente editorial do *The New York Times* dá conta de que o governo Clinton (que em termos de política externa mantém

as mesmas linhas de seu antecessor, Bush) apoiará uma saída golpista.

Já o ex-secretário de Estado americano, Henry Kissinger, em entrevista à rede de televisão ABC, comentou que a Rússia caminha "em direção a um sistema do tipo Pinochet, no qual os contendores, inclusive o presidente Bóris Yeltsin, acabarão criando um regime autoritário para promover as reformas necessárias".

Esses sinais não são gratuitos. Indicam que a burguesia já está articulando uma solução fascista. Resta saber se ela acumulou base social, política e militar para tanto. Em fevereiro o Tribunal Constitucional da Rússia considerou ilegal o decreto presidencial que prescreveu a Frente de Salvação Nacional, liderada por comunistas, uma evidência a mais da fragilidade de Yeltsin.

Entrelaçamento

A crise da Rússia também não pode ser entendida fora do contexto internacional em que está inserida. Na verdade ela desenvolve-se de forma entrelaçada e condicionada com a crise do sistema imperialista, que atinge sobretudo as potências ocidentais.

O colapso econômico consequente da transição capitalista provocou um caos social que encontra paralelo nas ruínas do pós-guerra na Europa, reerguida à base de pesados investimentos norte-americanos. Agora, com o mundo capitalista vivendo numa fase de progressivo declínio, já não é viável uma nova versão do "Plano Marshal" para ex-URSS e o Leste europeu.

Ao lado disto, as contradições entre os interesses estratégicos das grandes potências criam sérios obstáculos à promoção de uma ajuda financeira de emergência à Rússia. É certo que a diplomacia norte-americana e europeia caminham unidas neste caso. O mesmo não se pode falar do Japão, que joga com outras cartas. Isto ficou claro na polêmica, travada esses dias, sobre a possibilidade de antecipação da reunião de cúpula do G-7 (originalmente prevista para junho ou julho, em Tóquio) para debater a questão russa.

"Junho ou julho poderá ser muito tarde", alertou um desesperado Yeltsin. Mitterrand apoiou a idéia, que contaria também com as simpatias de Helmut Kohl e Bill Clinton. O Japão, porém (única potência com disponibilidade financeira para realizar investimentos externos de vulto), é contra (o que inviabiliza a alternativa) e só admite conceder um auxílio significativo à Rússia em troca das ilhas kurilas.

Conflitos nacionais

A crise tem servido de combustível para as explosivas contradições entre as diferentes nacionalidades que compõem a Federação Russa. Ao buscar ampliar a base de apoio para seu combalido governo, o presidente fez expressivas concessões aos dirigentes das repúblicas, que ganharam novos poderes. A demanda separatista cresceu e, com ela, a ameaça à Federação Russa, que tende a passar por um processo de desagregação análogo ao que deu fim à URSS. A isto somam-se os

conflitos entre os países da mal chamada Comunidade de Estados Independentes, que sucedeu a União Soviética.

Parece inevitável que a crise tenha como desdobramento algum tipo de ruptura. De qualquer forma, se forem mantidas as decisões do Congresso dos Deputados do Povo, o projeto que estará em curso na Rússia não será mais o de Bóris Yeltsin ou mesmo das potências imperialistas do Ocidente.

Ainda não está claro o que virá em seguida, o caos domina em larga escala, mas notam-se mudanças na orientação política, especialmente numa área sensível: a diplomacia russa, que já não é tão subserviente aos interesses dos EUA e Europa como há um ou dois anos. O apoio aos sérvios, em oposição ao chamado Ocidente (e destacadamente ao imperialismo alemão), revela isto. Certamente com a recomendação dos generais a Rússia inclina-

se cada vez mais para a Ásia, busca uma orientação independente para sua política externa (mesmo porque a tão prometida ajuda ocidental até o momento não passou de balela) e fala grosso sobre seus interesses estratégicos na CEI e no Báltico.

A crise coloca em questão a transição final ao capitalismo, por consequência o poder da burguesia. Apesar disto, não parece existir pelo menos a curto prazo, uma alternativa de cunho socialista. O movimento comunista ainda está desnordeado e dividido.

Mesmo com tais dificuldades, nota-se um avanço das forças de esquerda. Recentemente um Congresso com cerca de 900 delegados reorganizou o PCUS, que havia sido colocado na clandestinidade por Yeltsin, mas obteve no Tribunal Constitucional da Rússia o direito de existência legal. Milhares de trabalhadores manifestam-se diariamente pela deposição de Bóris Yeltsin e a favor de uma alternativa socialista.

O prestígio do sistema socialista junto às massas tem crescido de maneira extraordinária, conforme revela a avaliação do papel desempenhado por Stálin na história russa. Em editorial publicado na edição do último dia 14, o jornal *O Estado de São Paulo* cita uma pesquisa do instituto Vox Populi, na Rússia que indica o seguinte: "Em setembro de 1991, 20% do universo pesquisado concordava enfaticamente que Stálin foi um grande líder" e 8% apoiavam a afirmação 'mais ou menos'. Em julho de 1992, 27% concordavam plenamente e 22% concordavam com reservas".

ARQUIVO

INTERNACIONAL

Imperialismo ameaça a Coréia

JOSÉ REINALDO
CARVALHOMembro do Comitê Central
do PCdoB

Nas duas últimas semanas, a situação política e militar na Península Coreana atingiu inusitada tensão. Paira a ameaça de guerra de agressão por parte dos Estados Unidos e da Coréia do Sul ao território da República Democrática da Coréia (RPDC), país soberano, independente, socialista, partidário da paz e da distensão na Ásia e em todo o mundo.

Como sempre, a crise na Península Coreana é apresentada à opinião pública a partir dos comunicados e declarações oficiais de porta-vozes do Pentágono, da Casa Branca e de Seul, diligentemente reproduzidos pelas agências noticiosas. Por meio de títulos impressos em garrafais e chamadas estridentes na TV, a mídia informa o grande público de que "a Coréia do Norte decretou Estado de semi-guerra e ameaça com a guerra total" e "rompeu unilateralmente o Tratado de Não Proliferação Nuclear". Ponto final. Suficiente para "justificar" a violação da integridade territorial do Norte pelo Sul e o envio de tropas norte-americanas para a região.

A origem da crise

A atual crise coreana, porém, tem outra história, assim como poderá ter outro desdobramento, diferentes da versão e dos desígnios dos fatores de uma nova guerra.

São antigos os esforços do Partido do Trabalho da Coréia (PTC) e do governo da RPDC, liderados por Kim Il Sung, para redimir a nação coreana da sua maior tragédia histórica, iniciada há meio século - a divisão do País - decorrente da invasão japonesa, do intervencionismo estadunidense no pós-guerra e da Guerra Fria. Ao longo das últimas cinco décadas, um dos pilares da política externa do PTC e da RPDC tem sido a luta pela reunificação do país, à base dos princípios da soberania, da independência nacional e do método pacífico. Em inúmeras declarações oficiais nas conversações de cúpula bilaterais com o governo sul-coreano e nos fóruns internacionais, inclusive nas Nações Unidas, além de reiterar esses princípios, o governo da RPDC propôs formalmente a reconciliação e a reunificação segundo a máxima: "uma só nação confederada, com dois sistemas sócio-econômicos, dois regimes políticos e dois governos".

Em dezembro de 1991 deu-se um passo gigantesco nesse sentido, com a assinatura pelas duas Coréias de um acordo para a reunificação e a reconciliação e de um tratado de não-agressão que previa a desnuclearização da Península, a retirada de tropas estrangeiras e a suspensão imediata de manobras militares.

Como país-membro da Associa-



Delegação norte-coreana recebida na Assembléia Legislativa de SP

ção Internacional de Energia Atômica (AIEA) e signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), a RPDC recebeu regularmente visitas de inspeção desse organismo internacional que constatou *in loco* o caráter pacifista da política nuclear do seu governo.

Contudo, dois fatos recentes alteraram o curso normal das tratativas entre as duas partes pela reunificação do país e a desnuclearização da Península, deflagrando a presente crise.

O primeiro foi a decisão unilateral dos EUA e do governo sul-coreano de retomar os exercícios militares e nucleares "Team Spirit". "Team Spirit" são manobras militares e nucleares anuais, realizadas desde 1976, protagonizadas pelos EUA e pela Coréia do Sul, por estes descritas como "treinamento anual de defesa". Nesses exercícios mobilizam-se 200 mil soldados nas fronteiras terrestres e marítimas com o Norte e utiliza-se um equipamento militar convencional e nuclear em nada característicos de uma estratégia defensiva: centenas de embarcações, como porta-aviões, submarinos e destróieres, mais de dois mil aviões de diversos tipos, entre eles bombardeiros estratégicos B-52, caça-bombardeiros F-15 e F-16, mísseis com ogivas nucleares, mais de mil tanques e mais de 20 mil vagões de uso militar. Acrescente-se que independentemente dessas manobras anuais, os EUA mantêm permanentemente acantonados no território sul-coreano dezenas de milhares de soldados e instaladas duas mil ogivas nucleares.

O segundo fato responsável pela presente crise na Península Coreana foi a denúncia falsa, aleivosa, leviana e irresponsável do governo sul-coreano de que "a Coréia do Norte possui armas nucleares", o que serviu de pretexto para os Estados Unidos acionarem a AIEA e o Conselho de Segurança da ONU para ameaçar a RPDC de punição se não se submeter a uma inspeção especial.

O sentido da crise

Fica assim patenteada a lógica imperialista atual. Os Estados Unidos e seus aliados podem possuir armas nucleares, seus adversários não. E na

tentativa de impor essa lógica, o lobo se traveste em cordeiro, o agressor em arauto da paz, a tal ponto que fica a impressão no senso comum de que a ameaça à segurança da humanidade provém dos que não possuem armas atômicas.

O sentido da atual crise na Península Coreana não se limita à querela nuclear artificialmente montada pelos Estados Unidos e a Coréia do Sul. Insere-se no contexto mais geral da estratégia do imperialismo norte-americano no quadro político criado após a derrota do socialismo. Como única superpotência da atualidade, os EUA deliberaram que o socialismo não pode nem deve sobreviver, ainda que num pequeno país, nos confins do Extremo Oriente. É a *Delenda Cartago* deste fim de milênio. E tanto maior será a arremetida contra um país socialista quanto se constate que este desenvolve uma política audaciosa e internacionalista, como é o caso da RPDC que ousou, em período de plena ofensiva anticomunista, reerguer a bandeira do socialismo ao auspiciar a "Declaração de Pyongyang", atitude que o imperialismo e a reação não toleram.

De resto, é preciso ter presente a importância estratégica da Ásia e, no caso em tela, do Extremo Oriente no desenrolar dos conflitos imperialistas. Mas esta é outra história, matéria para outro artigo.

Solidariedade aditiva

A opinião pública internacional, as forças amantes da paz, as correntes progressistas, os movimentos de libertação nacional, os países soberanos e independentes não podem calar diante desta nova ameaça belicista do imperialismo norte-americano e seus lacaios sul-coreanos. Se não se ergue a voz enérgica contra mais este intento de liquidar a soberania de uma nação, a paz mundial estará ameaçada e abrir-se-á grave precedente para a imposição, pelas armas, do ditame imperialista nas relações internacionais.

Serena e firme em suas posições, a RPDC, com a força e determinação de seu povo, dá mostras de que resiste e resistirá. Merece a mais firme solidariedade ativa.

Solidariedade e apoio do PCdoB

O presidente do PC do B, João Amazonas, enviou uma mensagem de solidariedade à camarada Kim Il Sung extensiva ao Comitê Central do Partido do Trabalho da Coréia expressando seu repúdio à provocação aberta do imperialismo americano contra o regime socialista da RPD da Coréia. Diz a mensagem:

Causou-nos grande preocupação ao tomar conhecimento de que os Estados Unidos e a Coréia do Sul decidiram realizar o exercício militar conjunto "Team Spirit". Paralelamente, nas últimas semanas, a imprensa internacional alardeia as declarações ameaçadoras de porta-vozes imperialistas que, sob o falso pretexto de "combater a ameaça nuclear norte-coreana", chegam a exigir do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, medidas contra a República Popular Democrática da Coréia.

Manifestamos o mais vivo repúdio ao reinício do exercício nuclear conjunto "Team Spirit", que constitui uma provocação aberta contra o regime socialista da RPD da Coréia e uma grave ameaça à paz na Ásia e em todo o mundo. Ao mesmo tempo, condenamos a intenção reacionária do imperialismo de invocar ao Conselho de Segurança da ONU para ameaçar ilegitimamente o governo da RPD da Coréia.

O Partido Comunista do Brasil, reitera seu apoio ao desmesurado esforço do Partido do Trabalho da Coréia, sob a sábia direção do grande Líder, camarada Kim Il Sung, para consolidar o regime socialista, preservar a independência de sua Pátria e conquistar a reunificação do país, sobre a base da independência, da unidade nacional e do método pacífico.

Coreanos visitam o Brasil

A convite do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, visitou nosso país entre os dias 3 e 13 de março uma delegação da RPDC e do PTC, integrada por Kim Gyong Jo, embaixador extraordinário e Plenipotenciário da RPDC no Peru, e por Han Bo Iyung, Conselheiro da Embaixada e encarregado de relações interpartidárias do PTC.

Em conversação com o Secretariado do Comitê Central do PCdoB, da qual participou o camarada João Amazonas, presidente do Partido, a delegação norte-coreana relatou os êxitos da construção do socialismo e reiterou os esforços de seu governo para alcançar a reunificação do país, à base dos princípios da soberania, da independência nacional e do método pacífico.

A direção do PCdoB reafirmou na oportunidade o apoio à construção do socialismo na RPDC e à luta pela reunificação da Coréia.

Ambas as partes consideraram o encontro como um passo à frente para o aprofundamento e o fortalecimento das relações fraternais e internacionalistas entre dois partidos.

Além dos encontros com a direção nacional do PCdoB, a delegação norte-coreana fez intensos contatos políticos em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, nas áreas governamental e partidária. Foi recebida no Itamarati pelo Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, com quem manteve entendimentos visando o estabelecimento de relações diplomáticas entre a RPDC e o Brasil.

O embaixador Kim Gyong Jo e o conselheiro Han Bo Iyung tiveram audiências com as Presidências da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal de São Paulo, com os presidentes do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, com lideranças de bancadas na Câmara dos Deputados e com as direções dos principais partidos democráticos do País. (JRC)

LEANDRO SCHULPAKE

ESPECIAL

A Classe Operária

A DURA VIDA NA FRONTEIRA

SUELI SCUTTI

*"O grito dessas pessoas
No fundo dos seringais
Precisa ser escutado em Beléns e Manais"*
(Milton Nascimento e Ronaldo Bastos)

Os seringueiros acreanos que vivem na fronteira com a Bolívia estão merecendo a atenção de autoridades e de entidades sociais. A Assembléia Legislativa do Acre formou uma comissão de deputados para conhecer a real situação em que vivem os seringueiros brasileiros na fronteira boliviana, especialmente no Departamento (estado) de Pando, onde trabalham e residem os brasileiros.

Há denúncias de problemas com a carteira de estrangeiros, pagamento da renda da castanha e da borracha, cobrança de taxas para limpar roçados, exigência de servir ao exército boliviano e expulsão de brasileiros de suas colocações. Ninguém sabe exatamente quantos são os brasileiros. Estima-se em 15 mil e a maior parte saiu de terras acreanas.

A comissão legislativa analisou o problema de modo abrangente, visitando seringueiros brasileiros e bolivianos; promoveu encontros com autoridades e lideranças políticas dos dois países, levando em conta o respeito às leis internacionais e a soberania da nação boliviana.

A comissão, que teve como relator o deputado pelo PCdoB Sérgio Taboada e foi proposta pelo deputado Osmarino Amâncio, sucessor de Chico Mendes na liderança dos seringueiros, percorreu ainda os municípios acreanos de Epitaciolândia e Brasiléia, na divisa com a Bolívia, e visitou projetos de colonização.



RENATO DELAROLE

O extrativismo está em decadência na Amazônia

Nordestinos pioneiros

A presença de brasileiros na fronteira do Brasil com a Bolívia data do início do século quando ali se instalaram os primeiros nordestinos. Essa presença aumenta a partir da década de 50 e se torna mais intensa na década de 70. O professor e historiador Pedro Martinello, em recente publicação, atesta que "O êxodo de milhares de seringueiros do Acre para as regiões fronteiriças da Bolívia encontra sua explicação no processo de transformação radical pelo qual passou a economia do estado e a consequente colonização que se intentou efetuar em suas terras há duas décadas." Nesse processo, os patrões bolivianos recrutaram muitos

brasileiros, que formavam mão-de-obra disponível e preparada para a extração do látex, o que não ocorria com o homem boliviano.

O extrativismo, no entanto, encontra-se atualmente em franca decadência nos seringais da Amazônia e seu efeito é devastador, sobretudo no Acre, que sempre teve esta atividade comercial como majoritária em sua economia. Entre 1970 e 1989 a produção de borracha e castanha no estado cresceu de 74,9% para 83%. Em 1987 a participação percentual do Acre na produção brasileira de borracha natural foi de 58%. Isso, contudo, não impediu que houvesse diminuição significativa da população que vivia dessa atividade: 59,8% em 1960 para 25,8% em 1980, de acordo com o Censo Agropecuário.

O relatório final da comissão informa que predominam nos seringais do estado "relações econômicas e sociais que lembram a idade média e o feudalismo." Diz ainda que a ignorância, a falta de documentação, o pagamento da renda e o isolamento transformam o seringueiro em presa fácil da dura realidade vivida nos seringais. A situação se agrava com a perda de competitividade no mercado, com os obstáculos impostos pelas multinacionais para a compra da borracha, "lançando uma nuvem de fumaça tão negra como a das queimadas na região." Isso tudo leva os trabalhadores a tentarem a sorte noutros lugares.

Problemas são iguais

A origem e vivência dos brasileiros em terras bolivianas estão intrinsicamente ligadas à problemática da Amazônia. Em Cobija a comissão se deparou com a mesma situação sofrida no Acre. A comercialização da borracha e castanha é feita aos mesmos preços vigentes nos seringais acreanos, o transporte é feito por seus rios e atinge os mesmos mercados. Há igualmente isolamento pela falta de estradas, preços altos das mercadorias e ausência de programas educacionais e de saúde. Esse pesadelo é maior com a insegurança de viver em solo estrangeiro. A esperança de uma vida melhor do lado boliviano é uma grande ilusão para os brasileiros que lá se fixam.

A iniciativa dos deputados foi bem vista pelos municípios de Brasiléia e Epitaciolândia, que sofrem os efeitos da crise que as rodeiam. Suas periferias estão cada vez mais povoadas por moradores que abandonaram a vida no campo ou nos seringais em busca de sobrevivência nas cidades. Mas o que encontram é o desemprego, o caos social. A falta de perspectivas aumenta a violência. E a economia desses pequenos municípios não tem estrutura para suportar tal fluxo migratório.

O prefeito de Pando disse que a crise dos preços da borracha e da castanha causaram o êxodo rural na região boliviana, tal como ocorre há mais tempo em Brasiléia e outras cidades do Acre. A prefeitura de Cobija informa que a recomendação para as autoridades policiais é a de evitar tratamento discriminatório aos brasileiros. Um suplente de deputado boliviano mostrou-se surpreso com declarações publicadas pela imprensa: "nunca expulsamos nenhum brasileiro."

Um grito pra ser ouvido

Em seu relatório final, a comissão aponta sugestões de medidas para diminuir o problema. Por exemplo, a definição de política para a região amazônica que contemple a pesquisa científica, a participação de suas populações, o seu desenvolvimento e o meio ambiente; medidas emergenciais para a fronteira como a recuperação de estradas vicinais, crédito agrícola e ações na área de saúde e educação; regularização da documentação dos brasileiros lá residentes; extensão aos brasileiros na Bolívia de direitos sociais como aposentadoria e Funrural; retorno por 15 anos dos subsídios à compra da borracha, castanha e outros produtos da floresta; e a imediata realização de um censo que forneça o número de habitantes, origem e região ocupada.

A iniciativa dos deputados já começa a repercutir. O senador Nabor Júnior, PMDB-AC, fez pronunciamento no senado federal em que discute essa problemática. Ele pede ao Itamaraty que tome providências para minorar o sofrimento daquelas comunidades, embora reconheça que a causa está aqui mesmo, dentro de nosso território, com a falência da economia extrativista, que não tem garantia de preço, financiamento nem comercialização.

O deputado Taboada informou que o relatório foi entregue ao ministro da Justiça quando de sua visita ao Acre. Ele também fez uma reunião com a sociedade civil local e de outros estados, com diversas autoridades governamentais de todo o país. A comissão estuda a possibilidade de uma visita a Brasília visando sensibilizar o governo federal e o Congresso Nacional para a dura realidade que atravessam aqueles brasileiros.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Gróbois